

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAED - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

FABIANA GONÇALVES DIAS DE CASTRO

**O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE TRÊS ANOS NAS ESCOLAS DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA: UM DESAFIO À GESTÃO DA
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

JUIZ DE FORA
2014

FABIANA GONÇALVES DIAS DE CASTRO

**O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE TRÊS ANOS NAS ESCOLAS DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA: UM DESAFIO À GESTÃO DA
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

FABIANA GONÇALVES DIAS DE CASTRO

O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE TRÊS ANOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA: UM DESAFIO À GESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Membro da banca - Orientador (a)

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, dezembro de 2014

Dedico essa dissertação a minha amada família, Hélio, Carolina e Rafael que estiveram sempre ao meu lado me incentivando na busca pela realização dessa conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar presente em minha vida em todos os momentos, me amparando, me guiando e conduzindo meus passos.

Aos meus filhos, Carolina e Rafael que são minha razão de viver, que souberam ser compreensivos e pacientes durante esse processo de estudo. Nosso amor é incondicional que me fortalece e que me inspira a buscar sempre mais.

Ao meu querido Hélio, por ser tão importante na minha vida. Sempre ao meu lado, me incentivando e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Graças a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor este trabalho pôde ser concretizado.

As colegas de trabalho pelo incentivo constante.

Aos colegas do mestrado que compartilharam preocupações, alegrias e conhecimentos.

A todos os participantes desta pesquisa, pela colaboração e solicitude em conceder as entrevistas e “abrir as portas da escola” com tanto carinho.

Aos servidores da Secretaria de Educação pelo respeito e prontidão em prestar esclarecimentos.

Às tutoras Luciana Verônica da Silva, Ana Paula de Melo Lima, pela atenção e apoio em todo tempo.

À orientadora e Prof^a Dr^a Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello pelo tempo que dedicou para me orientar com tanto respeito e conhecimento.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (FREIRE, 1999, p. 104).

RESUMO

A presente dissertação, fundamentada em um caso de gestão educacional, tem por objetivo conhecer como o atendimento as crianças de 3 anos está sendo ofertado nas escolas municipais em Juiz de Fora com o intuito de propor um Plano de Ação que possa subsidiar os gestores da educação pública a agirem de forma refletida a essa demanda por atendimento. As crianças nessa faixa etária necessitam de um atendimento diferenciado por apresentarem necessidades e características específicas, sendo necessário que a escola e toda equipe escolar se organizem para oferecer esse atendimento e exigindo uma reorganização das práticas pedagógicas existentes, uma reorganização dos tempos e espaços e materiais, bem como a adequação do projeto político pedagógico e a capacitação de professores. Pretende-se abordar toda a dinâmica desse atendimento dialogando com documentos oficiais que versam sobre a Educação Infantil, entre eles, os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, e também com a proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora para a Educação Infantil. Ao final esta dissertação apresenta uma proposta de intervenção para a Secretaria de Educação do Município a fim de que o atendimento às crianças de 3 anos seja acompanhado de uma reflexão e de um intenso debate para que possa ser assegurado a elas o direito constitucional de um atendimento de qualidade, levando em consideração o legal, o ideal e o real.

Palavras-chave: creche; Educação Infantil; qualidade da educação.

ABSTRACT

This thesis, based on a case of educational management, aims to understand how the care of children three years is offered in public schools in Juiz de Fora in order to propose an Action Plan that can support managers of public education to act in a reflective form to attend this demand. Children in this age group want a differentiated service by presenting specific needs and characteristics and it is necessary that the school and all school staff organize themselves to offer this service, requiring a reorganization of existing teaching practices, a reorganization of time, space and materials, as well as the adequacy of the political pedagogical project and the training of teachers. To discuss all the dynamics of this service, dialoguing with official documents that deal with early childhood education, among them Parameters of Quality of Early Childhood Education, Criteria for a Customer Childcares that respect Children Fundamental Rights, the Quality Indicators of Early Childhood Education and also with the Curriculum proposal from Municipal System of Juiz de Fora for Early Childhood Education. At the end, this dissertation presents a proposal of intervention to the Municipal Secretary of Education so that care for children from 3 years would be accompanied by a reflection and an intense debate to assure to them the constitutional right to a quality of care, taking into consideration the legal, the ideal and the real.

Key-words: childcare; Early Childhood Education; quality of education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAC	Associação Municipal de Apoio Comunitário
CBE	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEI	Departamento de Educação Infantil
EAG	Education at a Glance
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMA	Escola Municipal A
EMB	Escola Municipal B
EMC	Escola Municipal C
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INES	Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Plano de Ação Educacional
PAPPE	Programa de Atendimento e Programação do Pré-Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP	Projeto Político Pedagógico
PROENPE	Programa do Ensino Pré-Escolar
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROPE	Programa do Pré- Escolar
RCNEI	Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil
SEB	Secretaria de Educação Básica
SE / JF	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora
UFF	Universidade Federal Fluminense

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Pátio Escola A	68
Figura 2:	Parquinho de areia Escola A	69
Figura 3:	Parquinho para as turmas de 3 anos Escola A	69
Figura 4:	Área verde Escola A.....	70
Figura 5:	Pátio da Escola B	71
Figura 6:	Parquinho da Escola B	71
Figura 7:	Quadra Escola C	71
Figura 8:	Parquinho da Escola C	72
Figura 9:	Brinquedoteca.....	81
Figura 10:	Sala de atividades de uma turma “Creche 3 anos” E.M.A	81
Figura 11:	Sala de atividades da Escola B.....	83
Figura 12:	Sala de atividades da Escola B.....	83
Figura 13:	Sala de atividades Escola C.....	84
Figura 14:	Sala de atividades Escola C.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Comparativo do número de matrículas 2005-2009	35
-------------------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Atendimento de crianças de 0 a 5 anos	29
Quadro 2.	Comparativo do número de matrículas 2008-2012	36
Quadro 3.	Resumo da ampliação das vagas para as crianças de 0 a 3 anos	42
Quadro 4.	Quantitativo de atendimento de alunos de três anos nas escolas analisadas.....	47
Quadro 5.	Quadro esquemático/ Plano de Ação Educacional	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 3 ANOS NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA.....	17
1.1 A Educação infantil: o que dizem os documentos nacionais.....	18
1.1.1 A Responsabilidade pela Educação Infantil	21
1.1.2 Conquistas da Educação Infantil após as legislações.....	23
1.2 A trajetória da Educação Infantil no município de Juiz de Fora	29
1.2.1 Creches: da assistência à educação.....	32
1.2.2 A Educação Infantil municipal em tempos atuais.....	33
1.3 As escolas municipais e o atendimento oferecido às crianças de três anos	37
1.3.1 Caracterização da escola pesquisada.....	46
2 A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 3 ANOS OFERECIDA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA	51
2.1 A concepção de infância presente nos documentos oficiais.....	53
2.1.1 A concepção de infância na(s) escola(s) analisada(s).....	57
2.2 A organização dos tempos e espaços.....	63
2.2.1 Os Espaços.....	64
2.2.1 A organização dos tempos, espaços e as interações.....	77
2.3 Considerações para a proposta de intervenção.....	90
2.3.1 Considerações com base na legislação.....	91
2.3.2 Considerações com base na pesquisa.....	95
3 PARA AS CRIANÇAS DE 3 ANOS UM ATENDIMENTO ADEQUADO.....	98
3.1 Proposta de intervenção.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICES.....	116

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 (LDB), um novo olhar foi dirigido às crianças de 0 a 6 anos e à educação oferecida a elas. A Educação Infantil, reconhecida como primeira etapa da educação básica pela LDB 9394/96, foi alterada recentemente pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que institui a obrigatoriedade da matrícula na Educação Infantil a partir dos 4 (quatro) anos de idade, sendo responsabilidade dos municípios o atendimento em creches e pré-escolas.

A Educação Infantil no Brasil, nos últimos vinte anos, registrou inúmeros avanços retratados não só nas legislações citadas anteriormente mas também com o surgimento de vários estudos, pesquisas e documentos destacando a necessidade de se colocar a criança no centro das discussões, de preconizar o atendimento com respeito e a importância de garantir um patamar mínimo de qualidade para creches e pré-escolas, ressaltando a importância dessa etapa da educação para o desenvolvimento integral da criança. Salientam ainda que crianças com a oportunidade de frequentar uma boa instituição de Educação Infantil contam com maior probabilidade de obter bons resultados no Ensino Fundamental (KAGAN, 2011).

Apresenta-se neste contexto o desafio da expansão do atendimento às crianças dessa faixa etária acompanhado da preocupação com a qualidade do atendimento oferecido, sendo o município o ente federado responsável pela oferta de vagas dessa etapa da Educação Básica.

No município de Juiz de Fora- MG, várias escolas oferecem atendimento às crianças de quatro e cinco anos, ficando sob responsabilidade das creches municipais a oferta de zero a três anos, conforme determina a legislação vigente. Essa configuração vem sofrendo modificações desde 2005 com a inserção de crianças de três anos nas escolas municipais, o que sofreu um aumento significativo a partir de 2009.

Este fato ocorre em virtude da deficiência de vagas nas creches do município, que não conseguem absorver a grande demanda que se apresenta. Segundo dados da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE/JF) o número de crianças não atendidas é muito grande e os dados coletados em novembro de 2014 refletem bem

esta realidade, na medida em que há cerca de 2.405 crianças de 0 a 3 anos fora do sistema escolar, sendo cerca de 412 crianças na faixa etária de três anos (SE/JF, 2014).

Sou professora há mais de 20 anos atuando na Educação Infantil e atualmente na gestão de uma escola municipal situada na periferia do município. Esta escola oferece atendimento às crianças de 3 a 8 anos e, desde 2009, vem recebendo progressivamente um número maior de crianças de três anos, o que despertou várias indagações, inquietações e o interesse de conhecer e analisar melhor essa nova realidade, com um olhar mais atento ao atendimento oferecido a essa faixa etária nas escolas municipais.

Diante disso o objetivo da presente dissertação é analisar o atendimento dirigido às crianças de 3 anos nas escolas municipais, estabelecendo um comparativo com o que dizem os documentos oficiais. Serão analisados documentos como: os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2006), os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (BRASIL, 2009) e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2009), abordando aspectos como infraestrutura, organização dos tempos, espaços e interações. A partir dessa análise pretende-se apresentar uma proposta de intervenção para que o atendimento às crianças de 3 anos respeite as especificidades da faixa etária, no sentido de buscar garantir a qualidade desse atendimento .

Foram utilizadas como locus de pesquisa três escolas da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora que atendem a quantidades diferentes de crianças de 3 anos. A opção por esse recorte foi feita na intenção de conhecer diferentes organizações de atendimento em função da quantidade de crianças atendidas.

Foram realizadas entrevistas com as professoras que atendem a faixa etária de 3 anos, com as coordenadoras pedagógicas, com as diretoras dessas instituições, para conhecer o funcionamento da escola, dos tempos e espaços, mobiliários, proposta pedagógica, rotinas, cuidados, interações.

Também foi realizada uma entrevista com a Chefe de Departamento da Educação Infantil que atua na Secretaria de Educação do município, responsável pela supervisão e acompanhamento das creches e das escolas municipais. As entrevistas são fundamentais para conhecer e mapear práticas, para perceber e coletar informações sobre uma dada realidade (DUARTE, 2004).

Foram analisados, ainda, os projetos político pedagógicos das escolas selecionadas. A opção pela análise do Projeto Político Pedagógico se faz por entender que este é o documento norteador das ações dentro da instituição escolar, sendo, portanto relevante uma análise mais minuciosa dele.

Realizou-se uma pesquisa documental na qual foram analisadas as legislações que versam sobre a Educação Infantil, tanto em relação à infraestrutura, quanto em relação aos aspectos pedagógicos, partindo das leis de abrangência nacional para as leis, resoluções e normas municipais. Também foram utilizados os dados da Secretaria de Educação para conhecer o universo de escolas afetadas por esse fenômeno em Juiz de Fora: histórico, número de escolas e de alunos. Os documentos da Secretaria de Educação forneceram um panorama da realidade no município.

Essa dissertação, em seu primeiro capítulo, irá abordar as legislações que regulamentam a Educação Infantil pertinentes à faixa etária de 0 a 3 anos de idade, abordando a preocupação, traduzida em diversos documentos, de estabelecer um patamar mínimo de qualidade de atendimento a essa faixa etária.

Também neste primeiro capítulo será apresentada a Educação Infantil no município de Juiz de Fora, o contexto histórico até o tempo atual, ressaltando o atendimento à demanda de três anos nas escolas da rede.

No segundo capítulo serão descritas as escolas dentro do recorte da pesquisa em um constante diálogo com referenciais teóricos que estabelecem diretrizes para um atendimento adequado às crianças de 3 anos, abordando aspectos relevantes para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade com as crianças como: concepção de infância, organização de tempos, espaços e interações.

O terceiro capítulo apresentará as considerações finais perante tudo o que foi abordado nos capítulos anteriores, propondo um Plano de Ação com o intuito de proporcionar maior qualidade ao atendimento atualmente dispensado às crianças de 3 anos nas escolas municipais de Educação Infantil da cidade de Juiz de Fora.

1. A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE TRÊS ANOS: O CASO DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

As legislações nacionais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 são um marco para a história da Educação Infantil no Brasil. Inaugurando, a partir de então, um período profícuo de estudos, pesquisas, publicações e documentos oficiais com o objetivo de estabelecer normas, diretrizes, orientações e reflexões referentes a essa etapa de ensino com o firme propósito de oferecer às crianças dessa faixa etária um atendimento que respeite e considere suas especificidades.

No município de Juiz de Fora cerca de 7661 crianças são atendidas nas escolas municipais e instituições conveniadas, na faixa etária de 3, 4 e 5 anos (SE/JF, 2014). A rede atende a praticamente toda a demanda existente no que se refere às crianças de 4 e 5 anos, sendo o grande desafio oferecer atendimento às crianças de 0 a 3 anos, pois o número de crianças à espera de vagas nas creches totaliza, aproximadamente 2405, sendo esse quase o mesmo número de crianças matriculadas nessas instituições, que são 2558 crianças atendidas (SE/JF, 2014).

A fim de buscar alternativas para solução deste problema, crianças na faixa etária dos três anos de idade estão sendo atendidas nas escolas da rede municipal fazendo com que as instituições educacionais se organizarem para a promoção desse atendimento.

O atendimento às crianças de 3 anos nas escolas municipais acontece pela convergência de alguns fatores como a reivindicação da sociedade pelo direito de ter seus filhos matriculados em uma instituição educacional, pela ausência de vagas nas creches municipais, pela pressão que a Secretaria Municipal sofre para oferecer essas vagas e o interesse das escolas de não ficar com salas ociosas.

Desta forma, o objetivo do capítulo 1 é apresentar e descrever o atendimento oferecido às crianças de três anos nas escolas municipais da cidade. Na primeira seção será feito um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, por meio de leis, resoluções e dos documentos oficiais publicados em decorrência dessas leis. Em seguida, é apresentada em linhas gerais, a trajetória da Educação Infantil em Juiz de Fora, com seus avanços e desafios. Posteriormente, o capítulo apresenta o movimento realizado pela Secretaria Municipal de Educação para minimizar o

problema da falta de vagas nas creches públicas. Por fim, será apresentada a escola com base na pesquisa realizada.

1.1 A Educação Infantil: o que dizem os documentos nacionais

Participamos hoje de um momento histórico quando estão surgindo cada vez mais políticas públicas voltadas para as crianças. A educação e o cuidado com a primeira infância ganham espaço nos discursos dos governos Federal, Estadual e Municipal, bem como para um número crescente de profissionais da área pedagógica e de outras áreas do conhecimento, percebendo a Educação Infantil como um período essencial para a formação integral do cidadão.

Historicamente nem sempre foi assim, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a criança como um sujeito de direitos definindo a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. Na Carta Magna, no artigo 211, parágrafo 2º, alterado pela Emenda Constitucional 14, de 1996 estipula que os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, com o apoio financeiro e técnico de esferas federal e estadual, estando também positivado no Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 54, inciso IV.

A Constituição foi importante, segundo Craidy, para uma nova concepção em relação à criança e às instituições de Educação Infantil.

Impunha-se, assim, a partir da Carta Constitucional, a superação da tradição clientelista e paternalista que marca a história do Estado e da sociedade no Brasil. Foi também a Constituição que, pela primeira vez na nossa história afirmou a cidadania da criança ao estabelecer que ela é sujeito de direitos. Definiu, ainda, que a creche e a pré-escola são direitos não só da criança como de seus pais trabalhadores, homens e mulheres, e afirmou a natureza educativa da creche e pré-escola. (CRAIDY, 2002, p. 58)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionado em 1990, introduz uma concepção de proteção integral direcionada às crianças e adolescentes, reafirmando os dispositivos constitucionais que reconhece as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, suas condições peculiares de desenvolvimento e a necessidade de serem considerados como prioridade na agenda das políticas públicas. Destacam-se os artigos que asseguram os direitos das crianças à educação, ao acesso ao atendimento em creches e pré-escola e escola pública e gratuita, com

igualdade de condições para o acesso e permanência, sendo esses dever do Estado assegurar.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1990)

O Estatuto estabelece ainda a criação de instrumentos na defesa do atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes, que são os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A criança passa a ser vista como cidadã de pouca idade, participante da sociedade com direito à educação e cuidados previstos por lei. A atenção à educação é efetivada com a aprovação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A LDB de 1996 define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica passando, então, a integrar a política nacional de educação, deixando de estar vinculada à política de assistência social, como referido na Sessão II, artigos 29 e 30, dessa legislação.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - **creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade**¹; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996)

Esta divisão da Educação Infantil, nas modalidades creche e pré-escola, apresentada na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, estabeleceu um ordenamento diferenciado no contexto da Educação Infantil do ponto de vista legal e educacional, com diretrizes e parâmetros específicos para cada uma dessas modalidades.

Outros aspectos da LDB referentes à Educação Infantil merecem destaque como a promoção do desenvolvimento do aluno, de maneira integral e integrada, dos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, sendo de extrema importância

¹ Grifo meu

as funções do educar e cuidar, sendo essas indissociáveis. As ações da família e da escola devem estar articuladas, se fazendo necessária a busca de um constante diálogo entre essas duas instituições. Ao abordar a avaliação na Educação Infantil, a LDB traz uma clara posição que essa deve ser orientadora da ação educativa por meio de observações, acompanhamento e de registros do desenvolvimento da criança tendo como referência os objetivos contidos no projeto pedagógico da instituição, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece ainda diretrizes sobre a formação e valorização dos profissionais que atuam na Educação Infantil enfatizando a necessidade de formação, no mínimo, no Magistério e, preferencialmente no nível superior, em curso de formação de professores.

Um artigo da LDB que merece destaque, o Art.89, afirma que as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, no prazo de três anos, a contar da publicação da lei, deverão integrar-se ao respectivo sistema de ensino. A importância desse artigo se dá pela garantia do estabelecimento de normas e diretrizes que garantam o caráter educativo das creches e pré-escolas com a inserção das mesmas nos sistemas de ensino. Destaca-se nesse artigo o caráter educativo atribuído à pré-escola e principalmente as creches, que até então têm se caracterizado mais por seu caráter assistencial do que pelo educativo (KUHLMANN, 1999).

Com a LDB a Educação Infantil incorpora uma visão, uma prática pedagógica e uma forma de gestão escolar bastante diferenciada do que era praticado anteriormente, uma vez que a referida lei estabeleceu critérios para o profissional da área, bem como para o ambiente onde a criança seria recebida, previu a diferenciação entre o conceito de creche e pré-escola e as propostas pedagógicas vinculadas a elas, bem como a gestão escolar (PARECER CNE/CEB Nº 20/2009).

A Emenda Constitucional n.º 59/2009, foi um passo definitivo para o reconhecimento da importância da Educação Infantil, ao estabelecer o ensino obrigatório e gratuito dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. Esta obrigatoriedade deverá ser implementada progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

A Lei 12.796/2013, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, reforçando a Emenda citada anteriormente, tornando a educação

obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, determinando ser dever dos pais matricularem os filhos a partir dos 4 anos de idade.

A referida lei, 12.796/2013, também estabelece regras comuns para a organização da Educação Infantil:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 2013)

As legislações citadas anteriormente contribuíram significativamente para o reconhecimento do direito da criança na primeira infância como sujeito social e histórico, fazendo com que a Educação Infantil ocupe, no cenário educacional brasileiro, um espaço relevante e significativo, e o surgimento de estudos acerca da infância reconhecendo que para o pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano se faz importante à educação das crianças de 0 a 5 anos.

As legislações preveem, portanto, que a Educação Infantil, etapa inicial da educação básica, atenda a crianças de zero a cinco anos. Na primeira fase de desenvolvimento, dos zero aos três, as crianças devem ser atendidas nas creches ou instituições equivalentes. As crianças com 4 e 5 anos² devem frequentar as pré-escolas.

1.1.1 A responsabilidade pela Educação Infantil

Segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996, o sistema educacional brasileiro, se caracteriza pela divisão de competências e responsabilidades entre a União, os estados e municípios,

² Lei N.20.817/ 2013- data de corte para o ingresso no ensino fundamental em 30/06 em Minas Gerais.

divisão essa que se aplica também ao financiamento e à manutenção dos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação e do ensino. (OLIVEIRA e MORAES, s/d)

A Constituição Federal de 1988 reconhece a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo esse dever efetivado mediante a garantia do atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade, conforme determina o artigo 208, VI. A Carta Magna estabelece ainda, no artigo 211, as responsabilidades de cada esfera federativa pela Educação Infantil :

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Como se pode constatar o município é o ente que deve ocupar-se prioritariamente da Educação Infantil, mas isso não quer dizer que deva fazê-lo sozinho, o regime de colaboração entre os três entes federados, contando com a cooperação técnica e financeira, é essencial para oferta dessa etapa de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996 estabelece a responsabilidade da oferta da Educação Infantil pelos municípios, porém os mesmos devem priorizar o Ensino Fundamental .

Art.11. Os municípios incumbir-se-ão de:

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela constituição federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (Brasil, 1996)

O investimento, a prioridade da distribuição de recursos financeiros destinados ao Ensino Fundamental deve-se à obrigatoriedade dessa etapa de ensino. Porém a CF assegura a prioridade absoluta ao direito à educação da criança, que abrange a faixa de 0 a 6 anos. Nas palavras de Sena, (2004) “não é admissível que a lei estabeleça hierarquia que indique que prioridade absoluta é relativa...”(p.6)

Também o FUNDEF, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, priorizou a focalização dos recursos públicos para manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, embora pela legislação a Educação Infantil constitua-se na primeira etapa da educação básica.

A partir do FUNDEB, com recursos destinados também à Educação Infantil, percebe-se um aumento na oferta da educação de zero a três anos. No contexto atual, mesmo com os recursos destinados à Educação Infantil pelo fundo, continua-se encontrando, em grande parte dos municípios do país, crianças atendidas em espaços inadequados e outras tantas sem atendimento.

É importante destacar que o atendimento na Educação Infantil é fruto das lutas de movimentos sociais pelo acesso a creches e outras instituições. Porém, as transformações surgidas a partir destes movimentos dependerão da continuidade e do compromisso, do compromisso político que prefeitos e secretários municipais de educação assumam junto à comunidade.

As Leis preveem, assim, atribuições específicas, campos de competência, mas também compromisso mútuo entre as instâncias de governo. Atribuem aos municípios a responsabilidade pela Educação Infantil, mas estes devem contar com o apoio da União. Esse trabalho conjunto das prefeituras junto aos governos estadual e federal é essencial no sentido de buscar ações efetivas, como a criação de fóruns, comitês, conselhos de educação que sirvam como espaços de discussão, articulação e integração das necessidades da sociedade para que se possa construir um sistema coerente, sendo necessário garantir os direitos e oferecer instrumentos necessários para que os municípios possam cumprir seu dever e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso ao sistema de ensino (GASPAR, 2010).

1.1.2 Conquistas da Educação Infantil após as legislações

Durante o período de 1999 a 2010 o Ministério da Educação (MEC) publicou vários documentos e orientações, frutos de estudos e discussões entre profissionais, pesquisadores e estudiosos que se preocupavam em como desenvolver as atividades com as crianças a partir de todas as mudanças que gradativamente se fizeram presentes na legislação.

Esses documentos e orientações têm como objetivo regularizar, estabelecer normas, diretrizes, organização curricular, estabelecer a infraestrutura básica a fim assegurar um atendimento adequado que respeite as especificidades da educação na primeira infância, a qualidade de atendimento à Educação Infantil, demonstrando a constante preocupação com a continuidade do processo de mudança desta modalidade de ensino.

Atendendo a determinações da LDB/96 foi elaborado, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) para creches, entidades equivalentes e pré-escolas, como o objetivo de servir como guia de orientação da prática pedagógica. O RCNEI aborda os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, indicando caminhos que possam contribuir para o desenvolvimento integral da criança, de sua identidade e as reconhecendo como cidadãos, com direitos a infância reconhecidos. (BRASIL, 1998)

O RCNEI é composto por três volumes, e o primeiro, denominado Introdução, apresenta importantes concepções sobre criança, o cuidar e o educar, o brincar, a diversidade e individualidade, o projeto educativo, organização dos tempos e dos espaços, parceria entre instituição e família e a educação de crianças com necessidades especiais.

O segundo volume, denominado Formação Pessoal e Social, apresenta a concepção de identidade e de autonomia e o terceiro volume, denominado Conhecimento de Mundo, apresenta seis eixos: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática e em cada eixo são apresentados os objetivos, os conteúdos e orientações gerais para o professor, referentes ao trabalho com as crianças de 0 a 3 anos e com as crianças de 4 a 6 anos, separadamente.

No ano de 1998, o MEC publicou o documento Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 1988), que aborda a importância da organização dos espaços na Educação Infantil para o desenvolvimento dos adultos e das crianças que neles convivem e recomenda que sejam criados conselhos de educação estaduais e municipais para fiscalizar, normatizar e também com a função de controle social no que se refere à qualidade dos ambientes de educação.

No ano de 1999 foram publicadas, em caráter mandatório, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1999), que estabelecem os princípios, os fundamentos, procedimentos que devem nortear a Educação Infantil no Brasil. As Diretrizes estabelecem que o objetivo da Educação Infantil é a não separação do cuidado da educação da criança e sim sincronizá-los nas práticas diárias de todos que atuam nas instituições escolares.

As Diretrizes Curriculares reconhecem a importância em ofertar nas instituições de Educação Infantil um atendimento de qualidade e apontam a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam nessa etapa educacional para a defesa e promoção dos direitos da infância. Em 2009 novas Diretrizes Curriculares foram publicadas com base no Parecer CNE/CEB nº 20/2009, que alteram a estrutura do primeiro texto, sendo mais específicas e detalhadas do que as anteriores, alterando também o enfoque dado às particularidades da Educação Infantil dentro da diversidade cultural e territorial do país, contemplando a necessidade brasileira de mudanças nessa etapa, conforme explicita o próprio, Parecer CNE/CEB nº 20/2009 (2009, p.02):

[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil elaboradas anteriormente por este Conselho (Resolução CNE/CEB nº 1/99 e Parecer CNE/CEB nº22/98) foram fundamentais para explicitar princípios e orientações para os sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas. Embora os princípios colocados não tenham perdido a validade, ao contrário, continuam cada vez mais necessários, outras questões diminuíram seu espaço no debate atual e novos desafios foram colocados para a Educação Infantil, exigindo a reformulação e atualização dessas Diretrizes (CNE/CEB, 2009).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2000), de 2000, versam sobre os recursos materiais e espaços físicos para a Educação Infantil, garantindo o direito às crianças de serem atendidas em espaços com critérios definidos e de qualidade no que se refere à localização, ao acesso, à segurança, ao meio ambiente, salubridade, saneamento, higiene, tamanho, luminosidade, ventilação e temperatura.

Um marco histórico importante para garantia do direito à Educação Infantil veio com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010. No referido Plano a primeira etapa da educação básica recebe o reconhecimento, que já era oferecido aos demais níveis de ensino, do seu caráter formador, com a atribuição de diretrizes objetivas e metas gerais para todo o País. O PNE, 2001/2010, definiu como meta o

atendimento até o ano de 2010, de 80% das crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, assim como o atendimento nas creches de 50% das crianças na faixa etária de zero a três anos.

Estabeleceu, ainda, que os municípios a partir de então deveriam programar suas ações para atender aos objetivos bem definidos do Plano Nacional de Educação. Definiu também como responsabilidade dos municípios a criação de um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil nos estabelecimentos públicos e privados, oferecendo o apoio técnico-pedagógico com vistas à melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões estabelecidos pelas diretrizes nacionais e estaduais.

A Emenda Constitucional n.º 53/2006, reforçou o dever do Estado em garantir a Educação Infantil em creches e pré-escolas. Essa emenda criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), já citado nesta dissertação, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1998 a 2006. O FUNDEB está em vigor desde 2007 e se estenderá até 2020. A principal diferença entre esses fundos é que o FUNDEB abrange todas as matrículas da Educação Básica, desde a creche até o ensino médio. Essa abrangência do FUNDEB é importante ser destacada, pois o antigo fundo, FUNDEF, criou obstáculos ao atendimento da Educação Infantil, em termos de quantidade e qualidade, por não haver vinculação orçamentária para essa etapa de ensino.

Em tempos de FUNDEF, a grande maioria dos municípios passou a enfrentar dificuldades para compatibilizar as redes de Educação Infantil que já mantinham com as novas e crescentes demandas do Ensino Fundamental decorrentes do processo de municipalização, comprometendo assim a oferta da primeira etapa da educação básica, sobretudo no segmento creche, com uma demanda não atendida cada vez maior. Com o FUNDEB a Educação Infantil foi amparada, ganhando um novo alento (MILITÃO, et al, 2012).

Cabe destacar que na proposta inicial do FUNDEB as creches não estavam incluídas, sendo pela pressão exercida ao parlamento do movimento “Fraldas Pintadas”, composto por representantes de entidades e movimentos nacionais, que se deu a inclusão de crianças de 0 a 3 anos no Fundo.

O FUNDEB trouxe avanços com os recursos destinados à Educação Infantil pelo fundo, porém ainda é uma realidade, em grande parte dos municípios do país, inclusive em Juiz de Fora, encontrar crianças atendidas em espaços inadequados. Além disso o Fundo não foi a solução para os problemas da Educação Infantil, uma vez que os recursos ainda são insuficientes, com destaque para o segmento creche, que é um serviço caro.

Em 2006 foram publicados os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (BRASIL, 2006), em dois volumes, que trazem referenciais de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizados pelos sistemas educacionais.

Nesse mesmo ano foi apresentado o documento Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), que apresenta estudos e parâmetros nacionais relacionados à qualidade dos ambientes das Instituições de Educação Infantil com o objetivo de buscar ampliar, sob diferentes olhares, o ambiente físico para que esse se torne dinâmico, brincável, vivo, transformador, seguro e acessível para todos.

Em 2009 temos o documento Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças composto de duas partes. A primeira parte contém critérios relativos à organização e ao funcionamento interno das creches, que dizem respeito as práticas concretas no trabalho com as crianças. E a segunda apresenta critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais. (BRASIL, 2009)

Outro importante documento publicado também em 2009 foram os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), que se caracteriza como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil por meio de um processo participativo com toda comunidade escolar. Pretende também contribuir para a reflexão e redirecionamento de práticas educativas que respeitem os direitos das crianças pequenas.

Em 2012, o MEC elaborou um documento visando atender a Emenda Constitucional nº 59 que determinou o atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático-escolar, denominado Brinquedos e Brincadeiras de Creche (BRASIL, 2012). Esse documento tem a finalidade de orientar professoras, educadoras e gestores na seleção, organização e uso de brinquedos, materiais e brincadeiras para creches, apontando formas de organizar

espaço, tipos de atividades, conteúdos, diversidade de materiais que no conjunto constroem valores para uma educação infantil de qualidade.

Temos, mais recentemente, o novo PNE 2014/2023, que aponta como Meta 1: a universalização, até 2016, do atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, ampliando até 2023 a oferta de forma a atender a cinquenta por cento da população de até três anos.

O relatório anual “ Education at a Glance” (EAG), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é uma publicação resultante de um estudo realizado anualmente pelo Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais (INES) com o objetivo de apresentar a coleta de dados educacionais internacionais em diferentes temas, entre eles o acesso à educação, permite aos formuladores e gestores de políticas educacionais compararem seus sistemas educacionais em relação aos de outros países e refletir sobre os esforços empreendidos em políticas educacionais. (INEP, 2013)

Esse estudo apontou que o Brasil foi o segundo país onde ocorreu um aumento de investimentos na Educação Infantil, com um crescimento de 24,4%, entre 2009 e 2010. O documento ressalta ainda que entre 2005 e 2011, a taxa de matrícula de crianças de 4 anos passou de 37,2% para 56,7%. Quanto ao atendimento às crianças de três anos de idade passou de 21% em 2005 para 36% em 2011 (INEP, 2013).

Segundo dados do Censo Escolar, no Brasil as creches estão em expansão no que se refere ao número de matrículas, registrando aumento de 10,5% entre 2011 (2.298.707 matrículas) e 2012, o que corresponde a 242 mil novas matrículas. Ainda segundo o Censo a EI chegou a 7.295.512 crianças matriculadas em 2012 e deste total, 2.540.791 eram de matrículas em creches (INEP, 2013).

Ao observar esses dados percebe-se que apesar do aumento no número de crianças atendidas não foi possível atingir a meta prevista no PNE 2001/2010, de 80% das crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, assim como deveriam estar na creche 50% das crianças na faixa etária de zero a três anos, em 2010, mesmo dois anos depois de o prazo ter se esgotado (PNE, 2001/2010).

Isso significa que ainda há muito que se avançar para a universalização da Educação Infantil e que os municípios precisam se organizar para esse desafio, investindo na oferta de vagas para todas as crianças pequenas sem perder de vista a preocupação com os espaços adequados, proposta pedagógica que atenda às

especificidades de cada faixa etária, com profissionais capacitados, com formação continuada para um atendimento que assegure o direito das crianças de forma concreta.

Para o município de Juiz de Fora esse é um desafio ainda a ser superado no que diz respeito ao atendimento oferecido nas creches municipais, que não conseguem atender a todas as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Esse fato tem alterado o atendimento nas escolas municipais e será objeto de discussão na próxima seção.

1.2 A trajetória da Educação Infantil no município de Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora está localizada no interior de Minas Gerais e atualmente possui cerca de 517 872 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Juiz de Fora é 0,778, e o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi à Educação passando de 0,594 em 2000 para 0,711 em 2010 (PNUD,2013).

O atendimento às crianças de Educação Infantil - creche e pré-escola - em Juiz de Fora apresenta um índice³ superior ao do Brasil, com avanços significativos ao se comparar o ano de 2000 com o de 2010. Porém ainda é muito baixo, principalmente no que se refere ao atendimento em creches, como pode ser observado no quadro abaixo

Quadro 1. Atendimento de crianças de 0 a 5 anos

Lugar	% de 0 a 3 anos na escola (2000)	% de 0 a 3 anos na escola (2010)	% de 4 a 5 anos na escola (2000)	% de 4 a 5 anos na escola (2010)
Brasil	9,43	23.55	51,41	80.10
Juiz de Fora	15,58	26.26	71,03	88.06

Fonte: PNUD, 2013.

³ Índice obtido pela razão entre a população em uma determinada faixa etária que está frequentando a escola em relação a população total nessa faixa etária multiplicado por 100.

A Secretaria Municipal de Educação foi criada na década de 1960, época em que muitas escolas municipais foram construídas, marcando um período de desenvolvimento do setor educacional. Atualmente a rede pública municipal conta com 101 escolas atendendo a aproximadamente 37.312 alunos, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (SE/JF, 2013).

O Programa do Pré-Escolar (PROPRE), criado em 1979, fruto de um convênio firmado entre as instâncias Federal, Estadual e Municipal, comportava dois subprogramas: o Programa do Ensino Pré-Escolar (PROENPE) e o Programa de Atendimento e Programação do Pré-Escolar (PAPPE), esse último foi o responsável pelo surgimento das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs).

O PAPPE, foi um dos primeiros programas de educação pré-escolar criado na década de 1970, no município de Juiz de Fora, com o objetivo de prestar atendimento médico, psicológico, social e pedagógico às crianças pobres, na faixa etária de 2 a 6 anos.

O poder público municipal iniciou seu processo de municipalização da Educação Infantil ainda na década de 1980, quando inaugurou as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), completando esse processo ao assumir quase totalmente, na década de 1990, a Educação Infantil pública na cidade. (LIMA, 2008)

Como é possível perceber, em Juiz de Fora já havia uma preocupação com o atendimento à Educação Infantil mesmo antes desta ser reconhecida como primeira etapa da educação básica, tendo na Lei Orgânica em 1990 incorporado esse segmento de ensino mesmo antes da Constituição de 1988 e da LDB/96 determinar que isso fosse feito:

O município promoverá a educação pré-escolar e o ensino fundamental e, atendidos estes, o ensino médio, atuando prioritariamente, na zona rural e periferia da cidade (JUIZ DE FORA, 1990. p.43)

O poder Público Municipal assegurará, na promoção da Educação Pré-escolar e do Ensino Fundamental, os seguintes princípios: I. Igualdade de condições para o acesso, frequência e permanência na escola (JUIZ DE FORA, 1990. p.43)

Por meio do PROENPE foram construídas EMEIs para atender crianças de 2 a 6 anos, porém foi priorizado pela SE/JF o atendimento às crianças de 4, 5 e 6

anos, visando a preparação para o Ensino Fundamental. Caso sobrassem vagas, seriam atendidas crianças de 2 e 3 anos, no maternal.

Os objetivos dessas escolas seriam: melhorar a qualidade educacional do antigo primário, que se apresentava defasada no município, e também assegurar que as crianças pequenas tivessem acesso à educação, à saúde, nutrição, apoio psicológico.

Para atender à grande demanda que se apresentava outros espaços foram adaptados, como salões de igrejas católicas e metodistas, salões das sociedades pró-melhoramentos de bairros, casas emprestadas ou alugadas, onde algumas instituições funcionam até os dias de hoje. O atendimento à Educação Infantil em espaços improvisados era uma tendência nacional que se verificou também na cidade de Juiz de Fora.

Apesar do esforço crescente em expandir o atendimento na década de 1990 no município, vários desafios se apresentavam, para que todas as crianças compreendidas nessa faixa etária tivessem acesso à educação: as condições físicas das escolas deixavam a desejar, demandando reparos, e algumas salas de aula atendiam em local improvisado.

Cabe ressaltar que esses programas foram concebidos na década de 1980, antes da LDB/96 reconhecer a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, definindo o atendimento em creches de 0 a 3 anos e pré-escola de 4 a 6. O surgimento das EMEIs foi também anterior às publicações do MEC anteriormente referidas, que vieram estabelecer padrões de referência e orientações para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil.

Em uma busca para viabilizar o atendimento às crianças de 4 e 5 anos, da década de 1990 aos dias atuais muitas escolas foram criadas, algumas com sede própria e outras em espaços alugados. Das 13 EMEIs construídas inicialmente em 1982, existem 25 escolas de Educação Infantil hoje, o que significa que o número de escolas que atendem a Educação Infantil praticamente dobrou, contribuindo assim para o atendimento a toda demanda de crianças de 4 e 5 anos (DEI/SE, 2013). Convênios foram firmados, as condições de atendimento foram revistas, porém observa-se ainda que muitas escolas funcionam em espaços adaptados, mostrando a dificuldade do setor público municipal de se adequar para oferecer um

atendimento de qualidade a essas crianças no que se refere a questões de infraestrutura.

As EMEIs, ao longo dos anos, foram perdendo suas características de escolas exclusivamente infantis para atender também ao Ensino Fundamental. Essa nova configuração ocasionou a extinção da nomenclatura EMEIs para a que encontramos hoje – Escola Municipal – sendo que todas possuem autorização de funcionamento para atendimento à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

No município, atualmente, o atendimento à Educação Infantil é oferecido em creches públicas e conveniadas em período integral para crianças de 0 a 3 anos, em escolas municipais e instituições conveniadas que atendem à Educação Infantil e o Ensino Fundamental (1º e 2º ano), e em escolas que oferecem atendimento também à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais.

1.2.1 Creches públicas: da assistência à educação

A trajetória da Educação Infantil no município se desenvolveu de forma segmentada, separando a creche da pré-escola. A Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), uma entidade civil de natureza jurídica privada, sem fins lucrativos gerenciava as políticas de assistência social do município, entre elas o Programa de Creches. As creches administradas por esse programa se caracterizavam como públicas por serem mantidas com verbas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Já as escolas municipais de Educação Infantil eram gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação (ZANETTI, 2009).

Foi pela Lei 9394/96, que determinou a integração das creches aos sistemas municipais de ensino, que a administração local começou a caminhar, ainda que a passos lentos, para romper com essa segmentação.

Porém foi somente em 2008 que oficialmente a SE/JF passou a ser responsável pela orientação pedagógica e pelo repasse de verbas às creches municipais (ZANETTI, 2009). Durante esse processo de integração alguns constrangimentos foram surgindo. O mais complicado foi referente a absorção dos educadores das creches pela Secretaria de Educação, já que esses profissionais obtiveram acesso aos cargos por meio de seleção e não de concurso público como é o caso dos profissionais vinculados à SE. Para resolver esse impasse foi firmado um convênio entre a AMAC e a SE/JF a partir do qual os funcionários da AMAC que já

atuavam nas creches foram cedidos para a SE/JF por tempo indeterminado. A maioria desses profissionais não tinham a formação mínima exigida por lei para atuar na Educação Infantil.

Uma importante conquista foi a extinção da função de recreadora, antes disso coexistiam, em um mesmo espaço, profissionais separados em duas categorias: recreadora e educadora social. Durante a campanha salarial em 2009 a função recreadora foi extinta, permanecendo apenas a de educadora, o que trouxe, a equiparação de funções e salários (ZANETTI, 2009).

Nesse mesmo ano uma equipe de técnicos com a função de realizar um acompanhamento pedagógico das creches foi implementada pela Secretaria de Educação. Essa equipe realiza desde então visitas periódicas às instituições, promove reuniões mensais com as coordenadoras das creches para discutir questões pedagógicas e administrativas. Além disso encontros mensais nos grupos de estudo da Educação Infantil são momentos profícuos de formação, troca de experiências entre os profissionais que atuam nas creches e os que atuam nas escolas municipais. Atualmente vinculado ao Departamento da Educação Infantil existe um subdepartamento denominado de Supervisão de Coordenação Pedagógica de Creches, desenvolvendo as funções citadas anteriormente.

Os profissionais que atuam nas creches hoje são educadores com a formação mínima exigida pela LDB, contratados pela AMAC por meio do repasse de verbas do município. Esse repasse além de ser destinado à contratação dos educadores é destinado também para a manutenção e alimentação. Ao todo no município existem 23 creches, sendo 21 administradas pela AMAC e 2 outras filantrópicas que também recebem repasse financeiro do município. As creches administradas pela AMAC atendem a faixa etária de 0 a 3 anos e as outras duas atendem crianças de 0 a 5 anos.

1.2.2 A Educação Infantil Municipal em tempos atuais

Atualmente a Secretaria Municipal de Educação possui vários setores responsáveis por organizar e oferecer suporte às escolas municipais. Dois desses departamentos estão voltados para fiscalização, normatização e orientação da

Educação Infantil, um departamento de assistência às creches e outro direcionado às escolas que atendem crianças de 3 a 5 anos.

A Secretaria Municipal de Educação há alguns anos investe na formação dos profissionais da rede oferecendo diversos cursos. É oferecido aos professores, coordenadores e diretores que atuam com crianças na primeira infância um programa de formação continuada em um grupo de estudos com encontros mensais para discussão de temas pertinentes ao cuidado e à educação dessas crianças e para troca de experiências.

Com o objetivo de orientar as práticas pedagógicas, em 2005 a SE/JF publicou um documento com os princípios básicos em torno dos quais as escolas deveriam construir seus projetos políticos pedagógicos, sistematizando uma base comum para a educação municipal, “Escola com compromisso social” (JUIZ DE FORA, 2005).

Foi a partir das discussões e indagações surgidas nesses grupos de estudo e com a contribuição de pesquisadores da área, buscando dar continuidade ao documento citado anteriormente, que surge, em 2008, o documento intitulado Diretrizes Educacionais para Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, Linhas Orientadoras para a Educação Infantil nas Escolas da Rede Municipal de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2008).

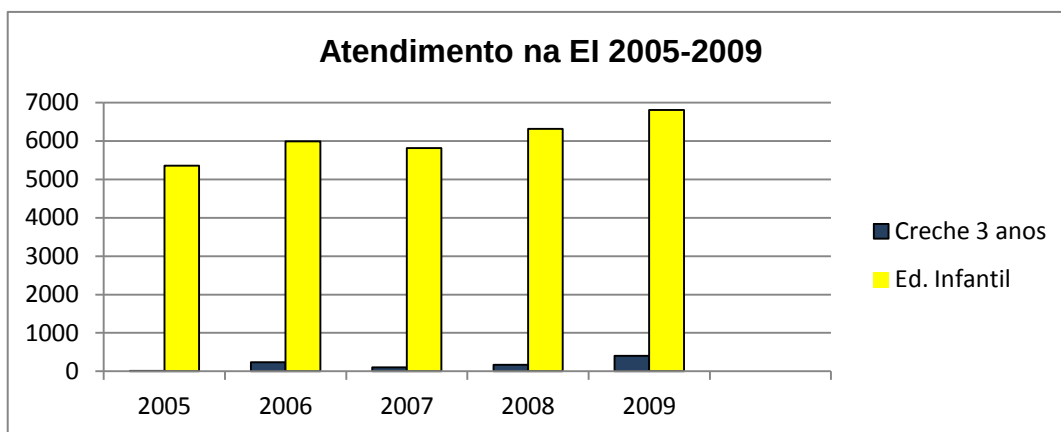
Essas “Linhas Orientadoras” se fundamentam nos eixos: fundamentação teórica sobre as crianças; suas infâncias e Educação Infantil; dimensões pedagógicas para a Educação Infantil e prática pedagógica na Educação Infantil. É importante ressaltar que essas dimensões, embora registradas no documento separadamente, estão imbricadas no processo educativo e não devem ser interpretadas isoladamente, mas sim como um todo no processo de formação (JUIZ DE FORA, 2008).

Segundo essas Diretrizes Educacionais para a rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, a infância é uma construção social influenciada pelo contexto histórico, psicológico, político e social (JUIZ DE FORA, 2008). As instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) devem estar atentas às funções de educar e cuidar, comprometidas com o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, intelectual, afetivo e social, as crianças são sujeitos históricos, construtores e produtores de cultura e que devem ser vistas como seres ativos e participativos, respeitando-se suas necessidades e especificidades.

Em 2011, também após um constante diálogo com vários profissionais envolvidos com a Educação Infantil, foi construída coletivamente, a partir de debates, negociações, reflexões a Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora para Educação Infantil, composto por dois cadernos, Educação Infantil: A Construção da Prática Cotidiana e um caderno temático: A Prática Pedagógica na Educação Infantil - Diálogos no cotidiano (JUIZ DE FORA, 2011).

No município de Juiz de Fora várias escolas oferecem atendimento às crianças de quatro e cinco anos, ficando sob a responsabilidade das creches municipais a oferta de zero a três anos. Essa configuração vem sofrendo modificações desde 2005 com a inserção de crianças de três anos nas escolas municipais, porém em 2009 ocorreu um aumento significativo desse atendimento, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Comparativo do número de matrículas 2005-2009



Fonte: DEI/SE/JF

Esse fato ocorre em virtude da deficiência de vagas nas creches do município, que não conseguem absorver a grande demanda que se apresenta. Segundo dados da Secretaria de Educação a demanda reprimida - que é a demanda definida a partir de quem procura - é muito grande e os dados coletados em novembro de 2014 refletem bem essa realidade com cerca de 2405 crianças em listas de espera. Desse total, cerca de 412 crianças na faixa etária de três anos estão aguardando vagas nas creches municipais. Também contribui para essa configuração do atendimento de crianças de três anos nas escolas da rede a opção que muitas famílias fazem por um atendimento em tempo parcial, e não integral, como o que é oferecido pelas creches municipais.

Como explicado anteriormente, temos no município instituições conveniadas e públicas que atendem crianças de 0 a 3 anos em tempo integral, escolas que oferecem atendimento da pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental e outras que atendem da pré-escola ao 1º e/ou 2º ano do Ensino Fundamental, e é nessas escolas que o atendimento das crianças de três anos vem aumentando nos últimos anos, com algumas oscilações, chegando em 2012 a 11,4% aproximadamente em comparação com o número de alunos atendidos na Educação Infantil, como se observa no quadro abaixo, segundo dados da Secretaria Municipal.

Quadro2. Comparativo do número de matrículas 2008-2012

ANO	CRECHE 3 ANOS		PRÉ ESCOLA		TOTAL EDUCAÇÃO INFANTIL	
	TURMA	ALUNO	TURMA	ALUNO	TURMA	ALUNO
2008	8	158	292	6300	300	6458
2009	26	406	312	6801	338	7207
2010	44	1072	308	6129	352	7201
2011	49	838	320	6562	369	7400
2012	42	825	329	6735	371	7560
2013	29	577	316	6483	345	7060
2014	37	639	328	7022	365	7661

Fonte: DEI/SE/JF

Recentemente temos a Resolução Nº 001/2013 – CME - De 01 de Outubro de 2013, que dispõe sobre o registro e a regularização de funcionamento das Instituições de Educação Infantil (públicas, privadas e conveniadas) destinadas à criança na faixa etária de zero a cinco anos no município de Juiz de Fora, que no seu Art. 3º estabelece que:

Art. 3º A Educação Infantil será oferecida em:

I – creche ou instituição equivalente, para crianças de 0 a 3 (zero a três) anos de idade;

II – pré-escola, para crianças de 4 e 5 (quatro e cinco) anos;

III – centro de Educação Infantil, para crianças de 0 a 5 (zero a cinco) anos.

Parágrafo único. A Educação Infantil poderá ser oferecida em instituição específica ou integrada à escola de Ensino Fundamental, no período diurno. (JUIZ DE FORA, 2013)

A Secretaria de Educação estabelece alguns critérios informais para autorização de funcionamento dessas turmas. São informais por serem advindos de

reuniões com o diretor e a equipe técnica da Secretaria de Educação. Estes critérios são: não haver demanda de crianças de quatro e cinco anos, existir uma demanda não atendida de crianças de três anos, inscritas na própria escola em uma lista de espera, haver sala ociosa e condições favoráveis da escola em oferecer um atendimento adequado a essa faixa etária. Esses, porém, não se configuram em uma política de atendimento ou em uma normatização que visa regulamentar, estabelecer critérios e condições de atendimento para crianças dessa faixa etária. Assim as crianças são matriculadas nas escolas municipais em turmas denominadas “Creche 3 anos”.

1.3 As escolas municipais de Juiz de Fora e o atendimento oferecido às crianças de três anos

No Brasil, as crianças na primeira infância eram atendidas em instituições criadas e organizadas com o objetivo de atender às necessidades de diferentes camadas sociais, sendo que as creches eram destinadas à população de menor poder econômico, para que as mães pudessem trabalhar e ter onde deixar seus filhos, e as pré-escolas eram destinadas para as crianças provenientes das classes média e alta (KUHLMANN JR, 2000).

Historicamente essas duas faixas etárias, de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos, foram também tratadas de modo distinto. Tradicionalmente na educação de crianças de 0 a 3 anos predominam os cuidados em relação à saúde, à higiene e à alimentação, enquanto a educação das crianças de 4 e 5 anos tem sido concebida e tratada como antecipadora/preparatória para o Ensino Fundamental. Esses fatos, somados ao modelo de “educação escolar”, explicam, em parte, algumas das dificuldades atuais em lidar com a Educação Infantil na perspectiva da integração de cuidados e educação em instituições de Educação Infantil e também na continuidade com os anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2006).

Essa concepção antecipatória para o Ensino Fundamental foi percebida no município de Juiz de Fora quando foram inauguradas as primeiras EMEIs, resultantes de reivindicações populares e também pela implementação de uma política que tinha como objetivo reduzir os índices de evasão e repetência bastante elevados no município.

Na legislação a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, compreende as crianças de 0 a 5 anos, sendo objetivos das Políticas Públicas da Educação Infantil garantir o acesso das crianças nessa faixa etária a vagas em creches e pré-escolas, assegurados os direitos sociais, assim como o direito da criança de brincar, criar, aprender. O cuidado, a atenção, o acolhimento devem estar presentes, as crianças são atendidas nas suas necessidades em um trabalho planejado, articulado com uma proposta pedagógica que atenda às legislações nacionais e municipais.

Leis federais como a Constituição Federal e a LDB preveem que o atendimento às crianças de 0 a 3 anos seja realizado em creches, e a partir dessas legislações vários documentos publicados pelo MEC, citados anteriormente nesta dissertação, vieram regulamentar, orientar e direcionar os espaços e toda a organização pedagógica necessária para o atendimento a essa faixa etária.

A LDB/96 reconhece a importância da Educação Infantil, definindo como primeira etapa da Educação Básica. No artigo 11 estabelece a obrigação dos municípios em oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, porém destaca como prioridade o Ensino Fundamental o que indiretamente ocasionou uma hierarquização de prioridades comprometendo a oferta de vagas para Educação Infantil, prioridade esta traduzida no FUNDEF pela falta de destinação de recursos a esta etapa de ensino. Esses fatores contribuíram para o cenário da Educação Infantil que observamos hoje, especialmente para a oferta insuficiente de atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos (GASPAR, 2010).

No município de Juiz de Fora não aconteceu de forma diferente, priorizando-se, ao longo dos anos, o Ensino Fundamental e a pré-escola, e atualmente não existe demanda reprimida nesse segmento, deixando o atendimento de 0 a 3 anos com a assistência social. Em 2009, ao se efetivar o processo de transferência da administração das creches comunitárias para a Secretaria de Educação, órgão responsável por prover a educação em Juiz de Fora, se inicia o movimento das escolas em atender crianças de três anos, contudo, há oito anos não se constrói uma creche pública na cidade.

No município de Juiz de Fora, em virtude da falta de vagas em creches públicas, cerca de 639 crianças de 3 anos são atendidas em tempo parcial nas escolas públicas municipais (SE/JF, 2014). Essas escolas atendem também crianças de 4, 5, 6 e 7 anos, podendo haver variações de idade de escola para

escola sendo necessário que as instituições escolares e a Secretaria de Educação, órgão responsável por organizar essas instituições educacionais no município, estejam atentas às necessidades particulares de cada faixa etária.

A Educação Infantil municipal, no que se refere ao atendimento de 3 anos, especificamente, na visão da Chefe de Departamento da Educação Infantil, possui três ciclos que não se fecham, não são evolutivos, mas que convivem, coexistem, sendo interfaces da Educação Infantil em Juiz de Fora e produto da história do município. Constituem esse ciclo as creches filantrópicas, que na sua origem eram destinadas ao atendimento de famílias miseráveis, as creches da AMAC para mães trabalhadoras e agora, por meio de um programa do governo federal, se prevê a ampliação de vagas, sendo creches totalmente públicas, com prédio público, profissionais públicos. (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista realizada em 17 de outubro de 2013)

De acordo com informações obtidas no Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação todas as crianças em idade pré-escolar (4 e 5 anos) cujas famílias procuram vaga em escolas municipais são atendidas, não havendo dificuldade em suprir a demanda nessa faixa etária. Essa situação difere quando se trata de crianças em idade de creche (0 a 3 anos), cujo número de famílias cadastradas à espera de vagas em período integral é muito grande. Tratando especificamente de crianças de 3 anos, são 412 famílias cadastradas atualmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁴.

Em algumas escolas municipais de Educação Infantil há listas de espera de crianças de 3 anos aguardando atendimento, no entanto, esses dados não estão disponíveis, cadastrados na SE/JF ou em qualquer outro órgão, pois cada escola tem sua lista. Sendo assim não existe um cadastro que una esses dados do CRAS aos das escolas, podendo o número de crianças de três anos fora de uma instituição de ensino ser ainda maior do que o número informado oficialmente.

As crianças de 3 anos são atendidas nas escolas públicas por causa da demanda que se apresenta, e essas escolas estão localizadas em bairros que não possuem creches públicas ou ainda em bairros muito populosos que têm creches insuficientes para atender à demanda.

⁴ CRAS – são Centros de Referência de Assistência Social, localizados em nove diferentes regiões da cidade que entre outros serviços, é o órgão responsável pelo cadastramento das famílias que pleiteiam vagas nas creches públicas municipais.

Em algumas escolas o número de crianças de 3 anos nessas listas de espera é muito grande e em virtude da falta de vagas nas escolas para atender a toda a demanda a seleção das crianças que serão atendidas é feita pelas próprias instituições, e algumas a fazem utilizando como critério o endereço residencial da criança e outras pela data de nascimento, priorizando as mais velhas. Para o ano de 2014 a Secretaria Municipal de Educação estará orientando as escolas para que sigam o critério da data de nascimento a fim de padronizar esse atendimento e também pela preocupação com a estrutura das escolas para atendimento de crianças muito novas (DEI/SE, 2013).

Essas orientações não são as previstas na legislação federal, que prevê que a vaga na creche ou pré-escola é um direito fundamental da criança e garantido constitucionalmente, sem distinção de sexo, cor, condição financeira e outros critérios que se configurem em critérios de seleção.

Para esta dissertação foi realizada uma entrevista com a Chefe de Departamento da Educação Infantil com o objetivo de coletar dados para melhor descrever como o atendimento às crianças de 3 anos é ofertado nas escolas públicas municipais, já que não existe nenhuma legislação municipal que regule esse atendimento. A entrevistada esclareceu que para as turmas serem autorizadas pela SE/JF a escola precisa comprovar já ter matriculado toda a demanda de 4 e 5 anos. Também possuir salas ociosas, além de apresentar a lista de espera nominal. (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista concedida em 17 de outubro de 2013)

Quando perguntada sobre a organização dos espaços e organização material dessas escolas que passam a atender a demanda de 3 anos a referida entrevistada esclareceu que a partir da definição desse atendimento se faz a organização de mobiliário e orientação da proposta pedagógica. As técnicas do departamento de Educação Infantil que já acompanham determinada escola observam seu espaço físico, orientam a organização interna da instituição, no que se refere a horários de entrada e saída, recreio de forma diferenciada, entre outros. Procuram, ainda, viabilizar os recursos necessários, como mobiliários, brinquedos, parquinho voltados a essa faixa etária.

A Chefe de Departamento disse ainda que as escolas que atendem turmas de 3 anos também são priorizadas quando há um recurso extra, como por exemplo os

recursos do Programa Brasil Carinhoso⁵, do Governo Federal, dentro das possibilidades do sistema público. As escolas utilizam ainda as próprias verbas recebidas e se organizam para adquirir os materiais necessários.

A referida entrevistada ressalta que esse atendimento às crianças de três anos é uma demanda espontânea das escolas, surgida “de baixo para cima”. As escolas apresentam uma lista de espera, uma sala ociosa e uma necessidade daquela comunidade. A demanda inicial, portanto, não parte da SE/JF. (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista realizada em 17 de outubro de 2013).

No entanto, para que esse atendimento às crianças de 3 anos ocorra, é necessário que a Secretaria de Educação do município, que é o órgão competente, autorize ou não. A autorização acaba acontecendo em virtude principalmente da pressão da sociedade em garantir o atendimento para essas crianças em algum lugar.

Segundo a Chefe de Departamento muitos agentes estão envolvidos no processo de inclusão das crianças de 3 anos em escolas, culminando nessa organização de atendimento, que não é linear: forma-se uma teia, um risoma que envolve reivindicação dos direitos e verbas federais. Outros atores também entram em cena, como a mídia e a vara da infância, exercendo muita cobrança e, principalmente, o reconhecimento dessa etapa de ensino como direito e conscientização da sua importância para o desenvolvimento das crianças.

Como proposta para 2014 a Secretaria Municipal pretende garantir o atendimento às crianças de 3 anos nas escolas que já o oferecem, atender as solicitações feitas em 2013 pelas escolas para abertura de turmas de 3 anos que não puderam ser autorizadas neste ano por não haver sido previsto um orçamento para essas turmas. Além disso pretende-se absorver todas as solicitações das escolas que forem feitas e realizar essa previsão agora a fim de evitar a espera que acontecia ocasionando abertura de turmas tardiamente, algumas começavam a funcionar em março ou até em abril aumentando, assim, o número de crianças atendidas. “Essa solução não vai ao encontro do que a sociedade deseja, que é o atendimento em tempo integral, mas já é um passo para diminuir a demanda

⁵ Programa do Governo Federal que oferece estímulos financeiros aos municípios para induzir a melhora do atendimento às crianças nas creches públicas ou conveniadas e suas famílias.

reprimida existente”. (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista realizada em 17 de outubro de 2013).

Um dos desafios que se apresentam hoje, mais especificamente ao Departamento de Educação Infantil, segundo a Chefe desse departamento, é a ampliação do atendimento às crianças de 3 anos. A entrevistada acredita que o atendimento a essa faixa etária nas escolas é temporário, acontecendo por mais alguns anos até que sejam construídas as creches necessárias para absorver a demanda. Porém, até que essa previsão se efetive, o número de crianças de 3 anos atendidas nas escolas municipais deverá se elevar diante da proposta da SE/JF de atender às solicitações de atendimento a essa faixa etária feitas pelas escolas.

De acordo com o PNE o município deverá atender até 2023 a 50% da demanda de 3 anos (PNE, 2014/2023) e, como dito anteriormente, há oito anos não se constrói uma creche pública na cidade. Para o ano de 2014 há previsão de entrega de seis novas creches para a sociedade e seis para o próximo ano. Essas creches irão absorver um grupo e não toda a demanda que se apresenta, sendo portanto necessária a construção de mais creches.

Essa ampliação do número de vagas se deve à parceria firmada entre o município e o governo federal com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), cujo principal objetivo é prestar assistência financeira aos municípios, considerando essencial para a melhoria da qualidade da educação oferecida a esse segmento a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar (FNDE, 2013).

Com esse convênio firmado e a previsão de construção novas creches haverá uma ampliação do número de vagas, como pode se observar no quadro abaixo.

Quadro 3. Resumo da ampliação das vagas para crianças de 0 a 3 anos

AÇÕES	TOTAL DE VAGAS
Construção de 12 novas creches a partir de 2014	953 vagas
Otimização do espaço já existente nas creches públicas	323 vagas
Ampliação de turmas de 3 anos em tempo parcial nas escolas	300 vagas
Adequação da rede física de instituições conveniadas à PJF	70vagas(aproximadamente)

Novo chamamento público	Depende de adesões
TOTAL GERAL	1.646 vagas

Fonte: Departamento de Educação Infantil (DEI/SE)

O Proinfância trará grandes benefícios ao município, pois irá contribuir para a expansão da Educação Infantil e para superação de algumas situações, como essa do atendimento de 3 anos nas escolas, porém esses benefícios não serão em curto prazo e tão pouco o Proinfância sozinho será a solução para o problema que o município enfrenta da falta de vagas nas creches.

A entrevista realizada com a Chefe de Departamento da Educação Infantil teve o objetivo de, além de procurar perceber como se dá a organização desse atendimento, como relatado anteriormente, também procurou entender quais são as propostas da Secretaria de Educação ante à questões pedagógicas tão eminentes dessa etapa de ensino como cuidar e educar.

O cuidar e o educar são tarefas aplicáveis a qualquer faixa etária, principalmente se tratando de instituições de Educação Infantil - creches e pré-escolas, e visam o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, intelectual, afetivo e social. O documento publicado pelo MEC em 2009, intitulado “Critérios para um atendimento em Creches que respeite os direitos fundamentais das Crianças”, preconiza que as políticas de creches devem prever educação e cuidado de forma integrada, visando ao bem-estar e desenvolvimento da crianças em ambientes adequados a essas funções, ou seja, as instituições precisam ter condições e recursos materiais e humanos voltados para o trabalho de cuidado e educação dessas crianças. Assim, sabendo que várias escolas não têm uma infraestrutura que favoreça a integração dessas funções, a Chefe de Departamento da Educação Infantil ponderou:

No sistema público as políticas não vem acompanhadas do financiamento. São as exigências do dia a dia que vão gerando as necessidades, as demandas e os investimentos. Deveria acontecer primeiro o planejamento, depois as ações, mas acontecem juntas. As escolas que não estão em casas adaptadas têm uma estrutura, as que estão têm todo um problema para isso. Nas escolas de tempo integral essa organização foi feita previamente, as de tempo parcial têm uma formatação para atender em tempo parcial e não foram criadas para atender 3 anos, é uma adaptação. Essa melhoria ou cuidado no que se refere à estrutura vai acontecendo junto, e não antes. Estando longe do ideal. (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA

EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista concedida em 17 de outubro de 2013).

A entrevistada também ressaltou que o perfil do professor é muito importante, pois muitos se negam a prestar alguns cuidados especiais, necessários quando se trata de crianças de 3 anos, por isso a organização dentro da escola com o gestor e o coordenador pedagógico atentos ao perfil do professor mais indicado para atender a essa faixa etária é necessária. Assim somente as ações da SE/JF equipando a escola com materiais necessários e adequados às crianças de 3 anos não são o bastante para oferecer um bom atendimento, no qual o cuidar e o educar caminhem harmoniosamente. É necessário que a proposta pedagógica da rede e das escolas ganhem vida ao serem incorporadas dentro das instituições, pois é no dia a dia da escola que as coisas acontecem.

Ao ser questionada sobre a avaliação que a Secretaria de Educação faz sobre o atendimento às crianças de 3 anos nas escolas públicas, a entrevistada afirmou que:

... há instituições nas quais a proposta vem acontecendo muito bem e outras que ainda estão caminhando, em um processo de aprender a lidar com a criança, com a família e essa a lidar com a escola, não se pode fazer afirmar ainda, não há uma dimensão de rede, de muitos anos de atendimento que possa traçar um perfil, avaliar de forma criteriosa. Funciona muito bem em umas estruturas e outras ainda estão em processo de crescimento. (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista concedida em 17 de outubro de 2013)

Sobre esse atendimento às crianças de 3 anos nas escolas da rede municipal a Chefe de Departamento da Educação Infantil ressaltou o cuidado que se deve ter ao afirmar que esse atendimento é paliativo para não confundir com a precarização do atendimento enquanto não se resolve a situação de ampliação de vagas nas creches, pois pode ocorrer um desmerecimento das ações que estão sendo desenvolvidas, afirmando que é paliativo porque irá acontecer em um determinado tempo e ainda por entender que a necessidade da sociedade é o atendimento em tempo integral.

Muitos trabalhos interessantes estão acontecendo, as adaptações estão sendo feitas, as pessoas estão reinventando o espaço escolar, criando um espaço misto de creche e escola. Como planejamento é que esse atendimento se configura temporal por não ser esse o clamor da sociedade” (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista concedida em 17 de outubro de 2013).

Durante a entrevista realizada a chefe de departamento citou os grupos de estudo da Educação Infantil como uma ação da SE/JF para a formação continuada dos professores.

Em 2009⁶, foi organizado um grupo de estudos com o objetivo de orientar os profissionais das escolas que atendiam as turmas denominadas “Creche - 3 anos” que nesse ano totalizavam 14 escolas e 26 turmas com 406 alunos matriculados.

Pesquisando os documentos dos encontros que foram disponibilizados pela SE/JF observa-se que ocorreram quatro encontros, nos meses de março, abril, outubro e novembro. Os temas propostos para estudo foram: concepção de infância e características da faixa etária de 3 anos nos aspectos motor, cognitivo e linguístico; rotinas com crianças de 3 anos; organização do espaço e do tempo na Educação Infantil e as crianças de 3 anos com a Dra Elvira de Souza Lima, pesquisadora em desenvolvimento humano, com formação em neurociências, psicologia, antropologia e música, que em 2009 estava prestando consultoria à rede desenvolvendo o Projeto Escrita Para Todos. (SE/JF, 2009).

Outro grupo de estudos aconteceu com a participação de profissionais que atuavam nas outras turmas de Educação Infantil e profissionais das creches públicas e conveniadas. Foram oito encontros que abordaram os temas: concepção de currículo; bases curriculares para a Educação Infantil; concepções de infância e práticas pedagógica; a lógica do pensamento infantil (dois encontros); rotinas na Educação Infantil ; trabalhos por projetos na Educação Infantil e o último para avaliação dos encontros e sugestões para continuidade do grupo no ano seguinte. Alguns desses encontros contaram com palestrantes da Universidade Federal Fluminense (UFF), como os professores Jader Janer Moreira Lopes, Marisol Barrenco, Mônica Picanço e Lígia Aquino.

No ano de 2010 esses grupos de estudo foram unificados, com encontros mensais durante o ano e os assuntos tratados englobavam toda a faixa etária da EI (0 a 5 anos) com os profissionais das creches e das escolas municipais. Esse grupo de estudos acontece atualmente com a mesma formatação citada acima.

No que se refere à formação continuada dos professores que atuam nessas turmas de creche são oferecidos pela SE/JF os encontros mensais no grupo de

⁶ Foi utilizado esse ano como referência por ser esse o ano que o atendimento aumentou consideravelmente e ações foram propostas pela SE/JF.

estudos de Educação Infantil, que não é especificamente voltado para essa faixa etária e sim abrange discussões, estudos, troca de experiências entre profissionais das creches e das escolas envolvendo toda a faixa etária da referida etapa de ensino.

É interessante observar que a formação continuada para os profissionais das escolas que atuam com as crianças de 3 anos, em virtude dos poucos encontros e a interrupção do grupo de estudos, demonstrou-se insuficiente diante das especificidades inerentes a essa faixa etária, quando deveria ser prioridade frente à crescente demanda que se apresenta ano a ano.

1.3.1 Caracterização das escolas pesquisadas

Partindo da premissa de que é “no chão da escola que as coisas acontecem” será apresentada a realidade de três escolas públicas municipais que oferecem atendimento à faixa etária de três anos. As escolas pesquisadas oferecem atendimento às crianças dessa faixa etária com um quantitativo diferente de atendimento, estão localizadas em diferentes regiões do município de Juiz de Fora. E foram selecionadas com o objetivo de se ter um número representativo para a pesquisa.

É de suma importância que o atendimento às crianças de três anos nas escolas se torne objeto de pesquisa, trazendo essas crianças para o centro da pauta das discussões. Pois, embora a SE tenha como meta a expansão das vagas oferecidas nas creches, por meio da parceria entre o município e o governo federal para a construção de novas creches, esse atendimento às crianças de três anos nas escolas ainda será uma realidade para os próximos anos a fim de atender a grande demanda que se apresenta.

Desta forma, como o objetivo desta dissertação é analisar o atendimento dirigido às crianças de 3 anos nas escolas municipais estabelecendo um comparativo com os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, com os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças e com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, abordando aspectos como infraestrutura, organização dos tempos, espaços e interações, o

capítulo 2 irá apresentar os dados pesquisados em um constante diálogo com os referenciais citados.

Neste texto, para identificar as escolas pesquisadas serão utilizadas as nomenclaturas Escola A, Escola B e Escola C, sendo todas escolas da rede municipal de educação de Juiz de Fora.

As Escolas A e B atendem às crianças de 3 anos desde 2009, ano referência dessa dissertação, sendo que a Escola A atende em média 5 ou 6 turmas a cada ano e a Escola B atende anualmente 1 ou 2 turmas de 3 anos, dependendo da demanda que se apresenta. A Escola C começou a oferecer esse atendimento nesse ano de 2014, embora já houvesse em 2013 demanda para esse atendimento, porém a Secretaria de Educação só autorizou a abertura da turma nesse ano. Esses dados podem ser observados no quadro abaixo.

Quadro 4. Quantitativos do atendimento à Educação Infantil nas escolas pesquisadas

ESCOLAS	2013			2014		
	3 anos	Pré-escola	Total E.I	3 anos	Pré-escola	Total E.I
E. M. A	89	300	389	108	338	446
E. M. B	35	76	111	36	82	118
E. M. C	0	135	135	18	135	153

Fonte: Departamento de Educação Infantil (DEI/SE)

A Escola A está situada na zona norte da cidade de Juiz de Fora. Foi inaugurada em 2008 e funcionava em uma casa alugada no bairro para atender à demanda da Educação Infantil que era muito grande naquela região, por não haver escola pública destinada a essa faixa etária. Em 2009 surgiu a necessidade, em razão do grande número de crianças em lista de espera, de atender em três turnos: manhã, intermediário e tarde. Entretanto não foi suficiente frente à crescente demanda que se apresentava e a escola, em 2011, passou a ocupar um prédio de uma escola estadual que havia se instalado em nova sede, iniciando então o atendimento às crianças de 3 anos. Segundo a diretora dessa escola, as professoras nesse ano de 2011 eram professoras contratadas com uma experiência nas Creches públicas que muito contribuíram para o início desse atendimento. (GESTORA DA E. M. A, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

A Escola A atende somente alunos da Educação Infantil em período parcial, nos turnos manhã e tarde. O prédio onde a escola funciona é amplo, além das salas

de aula e salas para secretaria, direção, coordenação e sala dos professores, possui biblioteca, pátio, banheiros femininos e masculinos, uma quadra descoberta, brinquedoteca, sala de informática, cozinha, refeitório, despensa, um parque de areia e outro que funciona dentro de uma sala, específico para crianças de 3 anos com brinquedos menores.

A escola hoje atende a 108 crianças de 3 anos em seis turmas, em período parcial, no turno da tarde. Doze professoras atuam nessas turmas, sendo duas para cada turma que complementam a carga horária da criança. Algumas dessas professoras são contratadas e outras efetivas.

A Escola B está localizada em um bairro da periferia do município, na zona oeste da cidade. O prédio onde a escola funciona foi inaugurado em 1972 e até na década de 80 era uma escola estadual que atendia ao Ensino Fundamental. No início da década de 90 foi cedida à prefeitura para atender crianças da Educação Infantil. Alguns anos depois a escola foi condenada pela estrutura física, pois está localizada em uma região úmida, com muitos barrancos em seu entorno e consequentemente foi desativada. No ano de 2000, após passar pela análise de um engenheiro, a escola voltou a funcionar, oferecendo atendimento a Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental. (GESTORA DA E. M. B, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

A construção é de dois andares com salas de aula distribuídas nos dois pavimentos, possui uma sala ampla para secretaria subdividida para direção e coordenação. Possui um pátio grande, cimentado, com um pequeno parquinho, cozinha, refeitório, despensa, sala de informática, sala de artes, biblioteca e uma brinquedoteca em construção. A escola atende à Educação Infantil e também a duas turmas de 1º ano do Ensino Fundamental. A Escola B atende alunos de 3 anos desde 2006 e esse atendimento foi sugerido pela SE quando a escola ficou com sala ociosa. A escola atende a 154 alunos e atende também a toda demanda que se apresenta, tanto de 3 anos quanto de 4 e 5 anos. O bairro onde se localiza a escola não há nenhuma creche pública.

A escola atende a 36 crianças em duas turmas no turno da tarde, período parcial, com 3 professoras, sendo duas contratadas e a uma efetiva.

A Escola C está localizada também na periferia da cidade na zona sul. A escola foi construída para atender à demanda da Educação Infantil do bairro em

1982. Hoje a escola atende também a três turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, totalizando 215 alunos.

Possui uma sala pequena para coordenação e direção, secretaria, uma pequena biblioteca, quadra, uma área estreita com escorregador e balanços. Possui também refeitório e cozinha. Essa escola começou a atender alunos de 3 anos nesse ano de 2014, embora houvesse demanda no ano anterior a abertura dessa turma não foi autorizada pela SE.

Duas professoras atuam com a turma “Creche- 3 anos”, em período parcial, no turno da tarde, com um total de 18 crianças, sendo uma professora contratada e a outra efetiva. A gestora relatou que o início desse atendimento gerou muita insegurança pela equipe escolar, pois não tinham experiência com essa faixa etária.

Todas as gestoras e coordenadoras das escolas pesquisadas afirmaram não ter recebido nenhuma orientação específica pela SE para subsidiar esse atendimento e também nenhum acompanhamento, sendo necessário buscar outras fontes, como o documento “Critérios para um atendimento em Creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” e a troca de experiências com outras escolas que oferecem o atendimento às crianças de 3 anos. (COORDENADORAS DA E.M.A e E.M.B, entrevistas concedida em 30 de junho de 2014)

Cabe ressaltar ainda que a organização curricular dessas turmas é diferenciada das demais da Educação Infantil. Por orientação da SE nessas turmas, pela faixa etária atendida, só poderão atuar duas professoras para que as crianças não percam a referência do professor, sendo denominadas pela mesma de professor Referência 1, com carga horária semanal de 13 horas e 20 minutos⁷ e, complementando a carga horária das crianças, que é de 20 horas semanais, atuam professoras Referência 2, em 6 horas e 40 minutos. Essas professoras Referência 2 desenvolvem projetos denominados “Arte e Movimento”, “Artes e Literatura”, dependendo da escolha de cada escola.

As coordenadoras das escolas A e B relataram nas entrevistas que geralmente acontece rotatividade, a cada ano, das professoras que atuam nessas turmas, pelo fato das professoras contratadas nem sempre conseguirem no ano seguinte, retornar para a escola, em consequência dos critérios para contratação de professores adotados pela SE, o que gera um “constante recomeçar”.

⁷ Carga horária reduzida de acordo com a Lei nº 11.738/2008 que determina que 1/3 da carga horária do professor seja destinada a atividades extraclasse.

(COORDENADORAS DA E.M.A e E.M.B, entrevistas concedida em 30 de junho de 2014)

As escolas descritas anteriormente são uma pequena amostra do universo de 20 escolas que atendem hoje, no município de Juiz de Fora, crianças de 3 anos. Nessas turmas de Creche – 3 anos acontece uma das primeiras experiências da criança num sistema organizado, exterior ao seu círculo familiar. As características dessa faixa etária exigem conceber um outro tipo de estabelecimento educacional e revisar alguns conceitos sobre criança, infância e organização escolar que permeiam as práticas vivenciadas com essas crianças pequenas sendo essas concepções e formas de organização objeto de discussão e reflexão do próximo capítulo.

2. A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 3 ANOS OFERECIDA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

O primeiro capítulo dessa dissertação retratou a trajetória da Educação Infantil no Brasil e no município de Juiz de Fora, com destaque para os documentos oficiais que reconhecem esta como primeira etapa da educação básica, ressaltando a importância de um “olhar” cuidadoso sobre o atendimento oferecido a essas crianças pequenas.

Demonstrou também os desafios que se apresentam ao município frente à demanda de crianças em idade de creche – 0 a 3 anos – visto que as creches não têm conseguido absorvê-las. Com o propósito de diminuir a demanda reprimida e atender aos apelos da comunidade, desde 2005 a SE/JF passou a atender as crianças de 3 anos nas escolas municipais. Desde 2009, essa demanda é crescente tornando imprescindível uma nova organização por parte dessas instituições para atender a essas turmas denominadas “Creche- 3 anos”.

Assim, buscando analisar o atendimento dirigido às crianças de 3 anos nas escolas municipais e estabelecendo um comparativo com o que dizem os documentos oficiais, primeiramente analisou-se o Projeto Político Pedagógico das escolas que são objeto desta pesquisa, observando as concepções presentes nos mesmos que norteiam as práticas pedagógicas.

Como instrumento de pesquisa optou-se pela realização de entrevistas com os gestores, com os coordenadores, professores que atuam diretamente com as crianças de 3 anos e com a chefe de departamento da Educação Infantil. Por meio das entrevistas foi possível conhecer as práticas existentes, perceber e coletar informações sobre a realidade das escolas e também as da SE/JF, sendo que algumas dessas informações já foram apresentadas no capítulo 1 desta dissertação.

Uma das vantagens da utilização dessa metodologia como instrumento de pesquisa é permitir uma maior relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, permitindo uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores a respeito de situações e vivências pessoais (FRASER, 2004). Além disso, como afirma Duarte, se forem bem realizadas as entrevistas:

[...] permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que

preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004)

Diante dos dados encontrados será exposta, com base em referenciais teóricos, a importância de oferecer às crianças de 3 anos um espaço adequado, uma proposta pedagógica com organização de tempos, espaços e interações específicas para essa faixa etária que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças. O relacionamento entre a teoria e as práticas observadas será o foco desse capítulo, apresentando a infraestrutura das escolas, como se organizam, os desafios que encontram e as orientações, regulamentações e acompanhamento dessas crianças pela Secretaria de Educação.

O capítulo está dividido em três seções, a primeira irá analisar a concepção de infância presente nos documentos nacionais e municipais, e de que forma isso se traduz no Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas. Isso porque

a elaboração de propostas educacionais, veicula necessariamente concepções sobre criança, educar, cuidar e aprendizagem, cujos fundamentos devem ser considerados de maneira explícita. (BRASIL,1998, 1v, p. 19)

Em seguida será destacada a importância do espaço físico, se referindo a infraestrutura adequada para o desenvolvimento integral das crianças. Será abordada também a importância do espaço enquanto ambiente, o espaço/ambiente, que se caracteriza pelo uso, pelas transformações, pelo mobiliário, pela decoração estabelecida pelos atores que nele atuam. A organização dos tempos e espaços se torna um “terceiro educador”, influenciando as interações e todo o “fazer” pedagógico de uma instituição, dialogando com documentos oficiais e a escolas pesquisadas. Por último algumas considerações foram tecidas a fim de embasar o Plano de Ação proposto no capítulo 3.

Buscou-se investigar até que ponto as concepções de infância, a organização dos tempos e espaços, as interações estabelecidas a partir dessas concepções e organizações podem contribuir, de maneira qualitativa, para o trabalho desenvolvido com as crianças de 3 anos no contexto da Educação Infantil.

2.1. A concepção de infância presente nos documentos oficiais

O modo como se concebe a infância repercute fortemente no papel da Educação Infantil, direcionando todo o atendimento prestado à criança pequena. Sendo assim, a Educação Infantil está intrinsecamente ligada ao conceito de infância, tendo a sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança. (SOARES, 2009)

Desde os primeiros registros históricos as crianças estavam presentes. Porém, somente com a modernidade surge o sentimento de infância, a preocupação, o cuidado e investimento da sociedade e dos adultos sobre as crianças, criando formas de regulação da infância. (CASTRO, s/d)

Faz-se necessário também diferenciar o conceito de infância e de crianças, utilizando as considerações de Barbosa (2009), no documento “Práticas Cotidianas na Educação Infantil”.

Nos últimos anos, temos concebido as crianças como seres humanos concretos, um corpo presente no aqui e agora em interação com outros, portanto, com direitos civis. As infâncias, temos pensado como a forma específica de conceber, produzir e legitimar as experiências das crianças. Assim, falamos em infâncias no plural, pois elas são vividas de modo muito diverso. Ser criança não implica em ter que vivenciar um único tipo de infância. As crianças, por serem crianças, não estão condicionadas as mesmas experiências. (BRASIL, 2009, p. 22)

Vários estudiosos no campo da sociologia da infância afirmam que as crianças participam coletivamente na sociedade e são dela sujeitos ativos e não meramente passivos, defendendo uma proposta de estudar a infância por si própria, entendendo a criança como um ser social e histórico, produtora de cultura. É sob essa ótica que os documentos oficiais que orientam o atendimento à Educação Infantil no Brasil trabalham.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), apresenta as crianças como sujeitos históricos e sociais, dotadas de capacidades próprias de agir e pensar o mundo. Uma criança que no seu processo de construção do conhecimento utiliza diferentes e variadas linguagens, em um processo de criação, significação e ressignificação constante.

A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social

em que se desenvolve, mas também o marca. (BRASIL,1998, 1v, p. 21-22).

Considerar que as crianças são diferentes entre si implica pensar em uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, uma educação que respeite suas singularidades, criando condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças. Assim, de acordo com o RCNEI as práticas da Educação Infantil devem ser organizadas de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- 1) desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- 2) descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- 3) estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- 4) estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- 5) observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- 6) brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- 7) utilizar diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais suas capacidades expressiva;
- 8) conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998, 1v, p.63).

O documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, de 2006, está em consonância com o RCNEI acerca da concepção de criança como sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele. A criança, assim, não é uma abstração, mas um ser produtor e produto da história e da cultura. (BRASIL, 2006)

Ao propor parâmetros de qualidade para a Educação Infantil é imprescindível conceber que as crianças são: cidadãos de direitos; indivíduos únicos, singulares;

seres sociais e históricos; seres competentes, produtores de cultura; indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral. (BRASIL, 2006, p 18) O documento destaca também que as crianças precisam ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a:

- brincar;
- movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre;
- expressar sentimentos e pensamentos;
- desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão;
- ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas;
- diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil. (BRASIL, 2006, p 19)

Destaca ainda que a criança, parte de uma sociedade, tem direito:

- à dignidade e ao respeito;
- autonomia e participação;
- à felicidade, ao prazer e à alegria;
- à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social;
- à diferença e à semelhança;
- à igualdade de oportunidades;
- ao conhecimento e à educação;
- a profissionais com formação específica;
- a espaços, tempos e materiais específicos.(BRASIL, 2006, p 19)

O documento “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero à seis anos à Educação”, apresenta os objetivos, metas, estratégias e recomendações para a área da Educação Infantil. Aponta também as diretrizes para a Educação Infantil, destacando que o “processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar” (BRASIL, 2006, p.17).

Este documento traduz uma concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido.

Também as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil reconhece as especificidades das crianças, como sujeitos plenos de direitos no seu artigo 4º:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que

vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010).

Na construção dessas propostas pedagógicas devem ser consideradas práticas pedagógicas alicerçadas nos eixos norteadores: interações e brincadeira, garantindo experiências que:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
- Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências. (BRASIL, 2010, p.25, 26 e 27)

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora, em consonância com as Diretrizes Curriculares e demais documentos publicados pelo MEC, concebe a infância como uma construção social influenciada pelo contexto histórico,

psicológico, político e social. Sendo as crianças sujeitos históricos, construtores e produtores de cultura, que precisam ser vistas como seres ativos e participativos que devem ter respeitadas suas necessidades e especificidades (JUIZ DE FORA, 2010).

Portanto, o trabalho nos espaços destinados ao atendimento às crianças da Educação Infantil deve estar fundamentado nas concepções educacionais sobre as crianças e suas infâncias que se traduzem em práticas pedagógicas, explicitadas no Projeto Político Pedagógico da instituição. Assim se faz necessário apresentar as concepções nas quais as crianças estão inseridas.

2.1.1 A concepção de infância na(s) escola(s) analisada(s)

A LDB/96 estabelece no Artigo 12, Inciso 1 que os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, o artigo 13 define como incumbência dos professores a participação, a elaboração e cumprimento da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. O artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, aborda a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Sendo uma exigência legal a elaboração do PPP precisa ser transformada em realidade, não por se tratar apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas, sobretudo, garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola.

O Projeto Político Pedagógico é um documento orientador das ações da instituição, definindo as concepções, os objetivos, as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar.

O PPP define a identidade da escola e indica os caminhos, é Projeto porque reúne propostas de ação, é Político por considerar a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão na sociedade de forma a transformá-la, e é Pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem (LOPES, 2011).

O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo

prazos, reconhece e expressa a identidade da escola de acordo com sua realidade, características próprias e necessidades locais.

A instituição de Educação Infantil, ao elaborar sua proposta curricular em um processo coletivo, deverá explicitar sua concepção de Educação Infantil e de infância e detalhar o modo de organização e integração dessas experiências.

Diante das considerações anteriores acerca da importância do Projeto Político Pedagógico em uma instituição educacional foi realizada uma leitura atenta dos PPPs das escolas pesquisadas. Com base nas entrevistas aplicadas aos gestores escolares, coordenação pedagógica e aos professores que atuam com as turmas de 3 anos foi possível constatar que todas as escolas possuem o referido documento e esse é conhecido por todos os profissionais da escola, porém nem todas fazem a revisão desse periodicamente e apenas uma escola afirmou que as famílias participam do processo de construção e revisão desse documento.

É importante destacar que a inclusão das famílias nesse processo é fundamental, pois sendo o PPP um eixo norteador para uma escola, para que ele seja democrático, participativo deve contar com a participação de todo colegiado e da comunidade local, sendo esses constituídos dos pais dos alunos para que possa atender aos interesses coletivos de toda comunidade escolar. Algumas leis, entre elas a LDB/96 estabelece o princípio da gestão democrática e participativa e a centralidade da família na escola não pode ser desconsiderada.

Todas as gestoras escolares entrevistadas afirmaram também que o atendimento às crianças de 3 anos não é contemplado no PPP, havendo a necessidade de incluí-lo, abordando as especificidades do atendimento destinado a essa faixa etária.

Não [resposta à pergunta se o atendimento às crianças de 3 anos estava contemplado no PPP], no documento está contemplado o atendimento para a Educação Infantil, inclusive esse é um ponto pra gente “tá” complementando no documento, fazendo uma complementação. (GESTORA DA E. M. B, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

A Escola A tem um PPP como última versão datada em 2011/2012. É um documento bastante detalhado, apresentando a caracterização da escola, histórico, as fontes dos recursos financeiros, os recursos materiais e humanos disponíveis e ainda outros itens. Porém, não apresenta as concepções de infância, criança, aprendizagem e outras que orientam as práticas adotadas pela escola.

Apresenta como objetivo geral oferecer uma educação pública de qualidade para todos os alunos da Educação Infantil e como objetivos específicos, entre outros:

(...) estabelecer uma prática pedagógica coerente com a história de vida das crianças; valorizar a educação como um instrumento de humanização e de interação social; priorizar o aspecto lúdico e as brincadeiras como processo de aprendizagem; fortalecer a participação dos pais e ou responsáveis nas atividades escolares; conscientizar e orientar a todos os profissionais que atuam na escola da importância do cuidar/educar para a formação da criança; garantir a formação continuada aos professores e demais trabalhadores e avaliar de forma constante suas práticas pedagógicas. (PPP, E. M. A, 2011/2012)

Em uma seção denominada “Metodologia de Trabalho”, destaca que a criança aprende de forma significativa e contextualizada e que os “Projetos de Trabalho” são fundamentais para a valorização do fazer educativo, contextualizando situações e acontecimentos importantes. “Os conteúdos serão organizados de forma interdisciplinar, através dos projetos, desenvolvidos a partir da vivência do aluno ou assuntos da atualidade” (PPP, E.M.A, 2011/2012).

Em entrevista a coordenadora da Escola A destacou a necessidade de se refletir sobre as concepções que orientam o trabalho com as crianças da Educação Infantil e as metodologias de trabalho, ressaltando que optaram por primeiro discutir as práticas, as vivências para em um momento posterior refletir e reelaborar o PPP da escola.

Então a gente reflete, pega um ponto, reflete aquele ponto (...) e aponta outros caminhos possíveis para modificar a prática, visto que elas (professoras) mesmas colocaram que havia uma necessidade de mudança.

Porque se a gente for começar lá no macro, modificar o Projeto Político Pedagógico, as crianças já passaram pela escola, já chegaram outras crianças e a gente não conseguiu fazer nada de concreto na prática. (COORDENADORA DA E. M. A, entrevista concedida em 30 de junho de 2014)

A organização do tempo e do espaço estão contemplados no PPP, destacando a importância desses como um instrumento fundamental para a prática educativa com crianças pequenas. Ressalta que a aprendizagem transcende o espaço da sala, toma conta da área externa e de outros espaços da instituição e fora dela. Afirmando a importância da participação das crianças na organização dos espaços na sala de aula para o desenvolvimento da autonomia, “possibilitando que

elas decidam a melhor organização e envolvê-los neste processo, permite que sejam atores e autores, deste espaço.” (PPP, E.M.A., 2011/2012)

Ao abordar a organização dos tempos, o PPP aponta que as rotinas representam a estrutura sobre a qual o tempo didático será organizado, deverão ser criadas e avaliadas diariamente com as crianças criando, assim, uma noção de temporalidade, envolvendo os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas. (PPP, E.M.A., 2011/2012)

A Escola Municipal B apresentou o PPP reformulado em 2012, definindo as concepções e os objetivos consonantes com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora - Educação Infantil de 2008. O documento destaca a infância como uma forma de conceber as crianças, uma construção social:

Em concordância com as concepções de criança e infância explicitadas nos documentos acima, consideramos que a criança é sujeito histórico e de direitos, assim é o centro do planejamento curricular e ações da escola estão voltadas para as interações, relações e práticas cotidianas em que a criança constrói sua identidade pessoal e coletiva, produzindo cultura. (PPP, E.M.B, 2012)

A escola destaca, entre outros direitos fundamentais, o brincar, ressaltando que as crianças têm direito à brincadeira, como forma de cultura infantil e forma de se expressar no mundo, reconhecendo a importância do brincar como atividade própria do ser humano.

Apresenta como objetivos gerais desenvolver hábitos e atitudes buscando a autonomia das crianças, proporcionar o desenvolvimento integral nos aspectos físico, emocional e social e facilitar a integração escola/família, favorecendo o processo educacional. Como objetivos específicos, compreender o cuidar e educar em suas amplitudes, oferecer experiências em múltiplas linguagens, ter a brincadeira como essência do trabalho pedagógico, respeitar a temporalidade da criança, sua autonomia e autoria, dialogando com suas vozes cotidianas.

Ao abordar a organização pedagógica destaca como proposta pedagógica:

Nossa proposta está baseada na teoria Sócio-Interacionista, são realizadas atividades significativas e contextualizadas, com objetivos claros do ponto de vista docente e ao mesmo tempo procurando atender aos interesses e necessidades das crianças, sendo prazerosas, lúdicas, portanto com objetivos definidos. (PPP, E.M.B, 2012)

O Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola, o retrato da comunidade onde a escola está inserida, estabelecendo os objetivos, as ações e os caminhos para alcançá-los, sendo que as ações e os caminhos deveriam ser apresentados no documento da referida escola.

O PPP da Escola B apresenta as concepções de infância e de criança. Destaca a centralidade do brincar, o cuidar e o educar como tarefas indissociáveis. Aponta a importância de se oferecer diversas experiências em múltiplas linguagens e a necessidade de respeitar a temporalidade das crianças, desenvolvendo também sua autonomia. Esses pontos dialogam com os referenciais teóricos citados na seção anterior. Porém o PPP não especifica mais detalhadamente sua proposta curricular, prevendo ações, metas e estratégias, a organização e o uso dos espaços, relacionando o que se propõe na teoria com a forma de fazê-lo na prática.

A organização do tempo é contemplada no PPP, destacando que nessa organização ele deve ser considerado como elemento de aprendizagem e ir além do tempo cronológico, “de sua redução como horas do fazer, mas sim do viver”. Em seguida o documento, nessa mesma seção, segue especificando carga horária dos professores, calendário escolar, hora/aula entre outros, o que traduz uma preocupação em explicitar a organização do tempo em um protagonismo do tempo cronológico.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal C tem sua última versão datada de 2006, não sendo atualizado desde então. Na proposta pedagógica dessa escola não constam as concepções de infância e de criança que subsidiam o “fazer” na instituição. Estabelece como objetivos a socialização; o desenvolvimento nos aspectos físicos, emocionais, sociais, culturais e afetivos; a construção do conhecimento e a troca de experiências por meio de vivências peculiares à infância. (PPP, E.M.C, 2006)

O documento aponta como objetivos específicos desenvolver todas as formas de linguagem; resgatar e propiciar tempo para as brincadeiras infantis de faz-de-conta e folclóricas; empregar os conceitos de cuidar e educar; atender às necessidades e cuidados específicos da faixa etária atendida pela escola, entre outros. (PPP, E.M.C, 2006)

Em uma seção denominada “Metodologia” é definido que

O trabalho metodológico dessa escola parte do princípio que é essencial assegurar o direito à infância, oportunizando vivências e

experiências inerentes a esta faixa etária, tornando o espaço escolar, um ambiente prazeroso, onde a criança se sente acolhido, respeitado e valorizado. Para que isto seja possível, os projetos e conteúdos desenvolvidos na escola darão ênfase no lúdico, através do trabalho com o faz-de-conta, com os jogos, brincadeiras, músicas, dramatizações, gestos, movimentos, literatura, poesia, fantoches e arte. (PPP, E.M.C, 2006)

Nesse projeto também constam as metas que a escola pretende atingir, definidas nos aspectos materiais (equipamentos e materiais diversos), estruturais (melhorias na infra estrutura da escola) e pedagógicos (brinquedos, parquinho e aquisição de livros). Algumas metas, segundo a gestora escolar, já foram atingidas, e outras ainda não.

A Escola Municipal C, conforme apontado pela gestora, precisa atualizar seu PPP não só por ser necessária sua reformulação periodicamente, mas refletindo também sobre vários aspectos que não estão contemplados nesse documento. Esse processo de reorganização deve ter como subsídio documentos federais que orientam e regulamentam a Educação Infantil bem como as Diretrizes e Propostas Curriculares da Rede Municipal. Envolvendo toda a comunidade escolar, pais, alunos, funcionários, professores, equipe gestora nesse processo de reflexão e reconstrução. Para então, a partir de um diagnóstico, definir as concepções que regem a instituição, traçar os objetivos, propor metas, planejar ações para cada segmento que a escola atende.

Cabe ressaltar que os PPPs das escolas pesquisadas não fazem referência ao atendimento de 3 anos e como mencionado anteriormente, as gestoras dessas escolas afirmaram a necessidade de reorganização para inclusão dessa faixa etária. Portanto, não há uma proposta diferenciada, fruto de estudo e reflexões para essas crianças, uma vez que é por intermédio do PPP que a escola expressa a intencionalidade do seu trabalho pedagógico.

O PPP por si só não transformará as condições nas quais essas crianças são atendidas, entretanto na medida em que aborda a questão, inicia-se uma reflexão importante sobre quem são essas crianças, quais suas necessidades e especificidades, proporcionando um processo de tomada de consciência entre o ideal e o real. Portanto é de extrema importância que essas crianças de 3 anos e o atendimento oferecido a elas esteja contemplado no Projeto Político Pedagógico das escolas que acolhem essa faixa etária.

Sendo portanto o PPP o documento orientador da escola, nas seções seguintes as reflexões sobre este serão abordadas novamente, mas com um outro intuito, o de diálogo com as práticas encontradas durante a pesquisa.

2.2 A organização dos tempos e espaços

Pensar na organização dos tempos e espaços de forma desarticulada não é possível, pois para tratar de tempo de escola é necessário se remeter também aos espaços onde este tempo decorre. Segundo o sociólogo Norbert Elias (1998) todo tempo está em um determinado espaço e vice versa, desta forma não se pode pensar em tempo sem se pensar em espaço e nem de espaço sem se pensar em tempo. Portanto

toda mudança no 'espaço' é uma mudança no 'tempo', e toda mudança no 'tempo' é uma mudança no 'espaço'. Não devemos deixar-nos enganar pela idéia de que seria possível ficar em repouso no 'espaço' enquanto o 'tempo' escoasse (ELIAS,1998, p. 81).

O cotidiano em uma instituição educacional é organizado em espaços e tempos, elementos básicos, constitutivos, da atividade educativa. Nessa mesma dimensão Elias assegura que:

Tempo e espaço são símbolos conceituais de tipos específicos de atividades sociais e institucionais. Eles possibilitam uma orientação com referência às posições, ou aos intervalos entre essas posições, ocupadas pelos acontecimentos, seja qual for sua natureza, tanto em relação uns aos outros, no interior de uma única e mesma seqüência, quanto em relação às posições homólogas dentro de outra seqüência, tomada como escala de medida padronizada (ELIAS,1998, p. 80).

Assim tempo e espaço não são conceitos contrapostos e sim, complementares, o que nos obriga a sempre que tratarmos de um conceito nos remetermos ao outro, entretanto a fim de ressaltar a importância do tempo e do espaço especificamente nas instituições de Educação Infantil, será abordado os espaços e os tempos em subseções distintas, mas sempre com a certeza da interdependência entre essas dimensões.

2.2.1 Os Espaços

Durante esse percurso da história do atendimento à infância, pesquisas e práticas vêm buscando afirmar a importância de se promover uma educação de qualidade para todas as crianças, o que envolve também o espaço construído, a infraestrutura.

Temos ainda hoje no Brasil creches e pré-escolas que funcionam em locais precários e adaptados, com ausência de elementos referentes à infraestrutura que comprometem o desenvolvimento integral das crianças. Entre eles podemos citar a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos que propiciem às crianças a possibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, tendo seu espaço de convivência, de brincadeira e de exploração do ambiente enriquecido. (BRASIL, 2006)

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, as instituições que atendem as crianças pequenas devem buscar:

(...) ampliar os diferentes olhares sobre o espaço, visando construir o ambiente físico destinado à Educação Infantil, promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adulto e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos. (BRASIL, 2006)

Também o PNE (2001/2011) estabelece que os espaços destinados à Educação Infantil devem ser:

- espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
 - instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
 - instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
 - ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
 - mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
 - adequação às características das crianças especiais.
- (CAMPOS, FÜLLGRAF, et al., 2006)

Ainda que pesem os anos que os documentos acima foram concebidos, sabemos que embora avanços significativos possam ser observados no que se refere à infra estrutura das instituições de Educação Infantil, muito ainda há de ser

feito para que as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos sejam atendidas em espaços adequados.

O documento Critérios para uma Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças aponta as especificações das creches, embora muitos dos itens incluídos podem ser também aplicados as pré-escolas, no sentido de estabelecer um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças.

A creche, assim, caracteriza-se, quase sempre, pela presença de crianças menores de 4 anos e pelas longas horas que ali permanecem diariamente. Embora muitos dos itens incluídos apliquem-se também a outras modalidades de atendimento, como a pré-escola, a qualidade da educação e do cuidado em creches constitui o objeto principal do documento. (BRASIL, 2009, p.7)

Esse documento é bastante detalhado e estabelece, no que se refere a infraestrutura, entre outras coisas, que as crianças atendidas tenham direito a espaços amplos, onde possam se movimentar, espaços aconchegantes, seguros, estimulantes, espaços que propiciem contato com a natureza, espaços que facilitem o brincar, as interações entre adultos e crianças, entre crianças e crianças, que estimulem a autonomia das mesmas. Espaços apropriados para o descanso e o sono e também espaços adequados e acessíveis para higiene e cuidados. O documento destaca também que os mobiliários, brinquedos, equipamentos e materiais devem ser diversificados, seguros, em bom estado de conservação e adequados a cada faixa etária que a instituição atende de forma que permitam que as crianças sejam atendidas em suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais com todas as suas dimensões respeitadas.⁸

O objetivo dessa seção não é detalhar os parâmetros essenciais dos espaços físicos e sim destacar a grande importância da organização desses para o desenvolvimento infantil e como ele influencia as interações, as vivências e as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil. Portanto, cabe ressaltar que:

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma

⁸ Os critérios que constam no documento foram redigidos no sentido positivo, afirmando compromissos, sendo de extrema importância uma leitura minuciosa e atenta do documento na íntegra. Grifo nosso.

linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado (HORN, 2004, p.28).

Sendo, portanto, no espaço físico que as crianças estabelecem relações com o mundo e as pessoas, é condição *sine qua non* que as instituições de ensino que atendem alunos da Educação Infantil sejam espaços planejados, limpos, seguros, estimulantes, bem iluminados e arejados que reflitam uma concepção de educação e cuidado que respeite as necessidades de desenvolvimento das crianças para que o direito à educação seja realmente efetivado, pois muitas dessas instituições não têm planejamento e infraestrutura adequados e acabam funcionando como verdadeiros depósitos de crianças.

O espaço físico e social, segundo Barbosa e Horn (2001) é fundamental para o desenvolvimento das crianças, pois auxilia a estruturar as funções motoras, sensoriais, simbólicas, lúdicas e relacionais. Barbosa (2006, p. 135) destaca que muitas pesquisas foram realizadas abordando a importância do espaço físico na Educação Infantil e destaca que segundo Lima (1989) o espaço precisa ser pensado para estimular a curiosidade e a imaginação da criança, mas incompleto o bastante para que ela se aproprie e transforme esse espaço pela sua atuação.

Com o intuito de verificar qual a percepção das pessoas que trabalham nas escolas sobre a adequação dos espaços das mesmas ao trabalho com as crianças de três anos foi utilizado, como mencionado anteriormente entrevistas com gestores escolares, coordenadores e professores. As entrevistas foram elaboradas com base nos seguintes documentos: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil e a Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora.

As entrevistas continham questões relacionados à infraestrutura e à organização das escolas diante das quais os entrevistados foram convidados a se manifestarem com relação à adequação dos espaços da instituição. Responderam 9 profissionais que atuam com as crianças de 3 anos das três escolas pesquisadas. Das nove entrevistadas, duas são contratadas e sete são efetivas na rede municipal. As idades variam de 30 a 56 anos de idade. Quanto à formação, quatro possuem mestrado, três especialização e duas com formação em nível superior.

Por meio da aplicação desse instrumento de pesquisa foi possível perceber que a maior parte das pessoas entrevistadas acreditam que o espaço físico das escolas é adequado ao atendimento das crianças de 3 anos.

Quando indagadas sobre a existência de bebedouros, vasos sanitários, pias e chuveiros em número suficiente e acessíveis às crianças, os respondentes consideraram os banheiros e pias adequados a essa faixa etária e acessíveis, embora considerem a necessidade de melhorias nos banheiros, pois os vasos e principalmente as pias não seriam em quantidades suficientes para as crianças. Consideram os espaços limpos, seguros, organizados, ventilados, com bebedouros suficientes, e em duas escolas a água filtrada está disponível também nas salas.

As coordenadoras de duas escolas relataram a necessidade de ter chuveiros disponíveis para higiene das crianças e um espaço adequado para troca de fraldas, pois algumas ainda chegam à escola necessitando desse tipo de cuidado e as escolas não possuem espaço destinado a esse fim.

Quando indagados se os espaços das escolas são adequados ao sono das crianças, todos os respondentes concordaram com a existência adequada destes espaços. No entanto, quando há necessidade as crianças dormem em colchões na própria sala, enquanto as demais brincam ou desenvolvem outras atividades.

A adequação dos espaços externos às necessidades das crianças de três anos também obteve respostas semelhantes, contudo, um dos entrevistados manifestou discordância em relação a essa questão. A discordância sobre a adequação dos espaços externos foi mais evidenciado em relação aos espaços livres cobertos, uma vez que somente uma escola possui uma parte pequena do pátio coberta a ser utilizada em dias de chuva.

As três escolas possuem parquinho, e a Escola A possui um de areia e uma sala com escorregador e balanços menores que são utilizados somente pelas turmas de 3 anos. A Escola B tem um pátio cimentado bem grande com um pequeno brinquedo para escalar e escorregar. A Escola C tem uma área pequena com escorregadores e balanços e não possui nenhuma área coberta.

Somente a Escola A possui uma área com horta e algumas árvores que, segundo a coordenadora, não é comumente utilizado para atividades com as crianças. Nas demais escolas todos os espaços possuem pisos ou são cimentados. Esse tipo de construção nos remete a uma reflexão sobre a inexistência de áreas verdes nas instituições conforme referendado em documentos oficiais citados

anteriormente como nos Parâmetros Básicos de infra- estrutura para Instituições de Educação Infantil.

Portanto, não podemos considerar os espaços dessas escolas adequados ao atendimento de crianças de 3 anos uma vez que a ausência de espaços que possibilitem o contato direto das crianças com elementos da natureza limitam a diversidade de experiências dessas crianças que são muito importantes nessa faixa etária. Áreas verdes contribuem para o desenvolvimento das potencialidades das crianças e constituem-se em espaços ricos de convivência e de exploração do ambiente.

Nas fotos abaixo podemos observar os espaços das instituições pesquisadas. O pátio cimentado da Escola A onde as crianças brincam não possibilita a interação das crianças, a manipulação e a transformação desse espaços.



Figura 1. Pátio Escola A

Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

O parquinho de areia da Escola A é um espaço interessante, porém as crianças de 3 anos só podem usufruir deste no 2º semestre, pois os adultos dessa instituição o consideram um pouco perigoso, sendo utilizado quando as crianças já estão um pouco maiores (PROFESSORA DA E. M. A, entrevista concedida em 25 de junho de 2014) Também o seu uso é restrito há dias e horários pré estabelecidos.



FIGURA 2. Parquinho de areia Escola A
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

O espaço abaixo foi organizado dentro de uma sala com alguns brinquedos menores para serem utilizados pelas crianças de 3 anos, por serem considerados pelos profissionais dessa instituição mais seguro e adequado a essa faixa etária, porém restringe as possibilidades de brincadeiras e interações, além de ser um espaço pequeno e limitador.

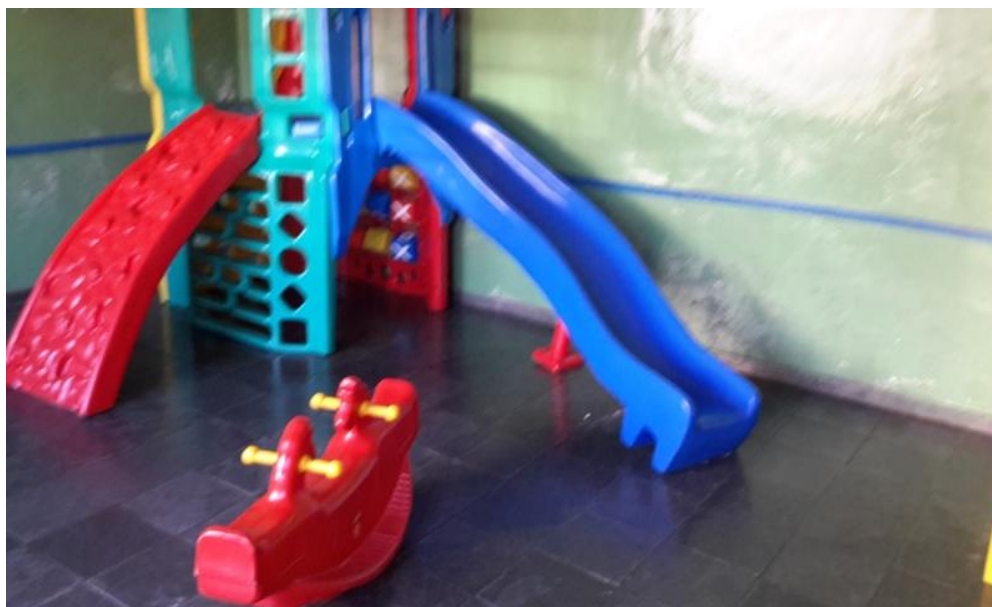


FIGURA 3. Brinquedos para as turmas de 3 anos Escola A
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

Na foto abaixo é possível observar a única área verde da escola A. Possui alguns canteiros de horta e outros com algumas árvores frutíferas. Não se configura

como um espaço que favoreça a interação com o ambiente natural. Também não é muito utilizado pelas crianças, conforme apontado anteriormente.



FIGURA 4. Área verde Escola A
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

Na Escola B, podemos observar pelas fotos abaixo, uma espaço físico amplo porém limitado no que diz respeito ao uso desse espaço com edificação bem semelhante a Escola A. Não possibilita experiências diversificadas às crianças. É importante ao organizar as áreas de recreação refletir sobre o momento de desenvolvimento da criança, pois crianças menores necessitam de uma delimitação do espaço para não correr o risco de se desorganizarem quando o espaço for muito amplo e disperso. Assim, seria interessante que esse espaço abaixo fosse semi estruturado em espaços atividades contribuindo para apropriação dos ambientes pelos pequenos usuários (BRASIL, 2006).



FIGURA 5- Pátio da Escola B
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

No pátio da Escola B (foto anterior) localizado ao fundo encontramos um brinquedo que permite que as crianças escalem e escorreguem, o parquinho da escola, segundo as profissionais da mesma. A presença somente deste módulo limita as brincadeiras e possibilidades de movimento das crianças.



FIGURA 6. Parquinho da Escola B
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

A próxima foto se refere à Escola C e retrata a quadra da escola que é utilizada para as aulas de Educação Física das turmas de pré-escola e de Ensino Fundamental, podendo ser utilizada também para outras atividades recreativas quando disponível. É descoberta limitando o uso em caso de chuva ou sol muito forte.



FIGURA 7- Quadra Escola C
Fonte: Elaborado pelo autor: data 30/07/14

A foto abaixo é do parquinho da escola C com brinquedos bem conservados, organizados. Possui dois escorregadores, alguns balancinhos e uma casinha. É uma área estreita e descoberta, sendo um espaço limitado para o brincar. Nesse espaço acontece os recreios de todas as turmas com horários pré definidos. Podendo ser utilizado em outros momentos quando estiver desocupado.



FIGURA 8- Parquinho da Escola C
Fonte: Elaborado pelo autor: data 30/07/14

Na escolas A e B foi possível observar que os mobiliários das salas de atividades são proporcionais ao tamanho das crianças. Na escola C as mesas e cadeiras são individuais e um pouco maiores, ficando agrupadas de quatro em quatro. Crianças de 3 anos não necessitam ficar em mesas e cadeiras, e a maior preocupação é a organização das salas onde as crianças ficam arrumadas de forma a facilitar brincadeiras espontâneas e interativas (BRASIL, 2009).

Somente o refeitório da Escola A é adaptado para crianças pequenas com mesas e bancos menores, sendo a necessidade de adaptação do refeitório para o atendimento as crianças de 3 anos apontada como uma necessidade pelas gestoras das outras duas escolas.

Embora as profissionais tenham concordado que os espaços físicos estejam adequados ao atendimento de crianças de 3 anos, também apontaram, nas entrevistas, algumas necessidades para que as escolas possam atender melhor a essas crianças. Ao estabelecer um comparativo com os documentos também citados anteriormente, pode-se perceber a inexistência de áreas amplas e cobertas para flexibilidade de uso em atividades diferenciadas, para uso em dias de chuva ou ainda em dias de sol muito forte.

Há necessidade que os espaços externos destinados à recreação sejam mais desafiadores, com mais brinquedos que possam ser manipulados, transportados e transformados de acordo com as diferentes faixas etárias, incluindo aqui especialmente as crianças de 3 anos.

Os mobiliários precisam ser adequados a essas crianças, sendo inadmissível que as mesmas não tenham mesas e cadeiras adequadas ao seu tamanho para fazer as refeições. Também os banheiros e pias precisam ser em tamanho e quantidade suficientes para o uso, sendo de extrema importância a existência de chuveiros e um local onde a criança tenha a privacidade de ser cuidada.

Não menos importante é a existência de áreas para promover o contato com a natureza, para brincar com areia, terra, com água possibilitando assim múltiplas experiências a essas crianças de 3 anos.

Também há de se considerar como esses espaços são organizados, as rotinas que se estabelecem a partir dos usos desses espaços, o espaço/ambiente, tempos e ainda as interações que se estabelecem.

Barbosa (2006) destaca a importância de um espaço físico adequado para o atendimento das crianças pequenas, ressaltando também que a partir dos espaços

construídos encontram-se organizados, pelos indivíduos que os habitam, ambientes diversos . Um ambiente é um espaço construído, que se define nas relações com os seres humanos por ser organizado simbolicamente pelas pessoas responsáveis pelos seus usuários. (BARBOSA, p.119, 2006)

Em um mesmo espaço físico podemos encontrar vários ambientes organizados a partir de uma dimensão simbólica. Barbosa (2006) ilustra a não separação do espaço e do ambiente utilizando as considerações de Lima, que relaciona essa ideia às concepções infantis sobre espaço e ambiente:

As observações sugerem, portanto, que o espaço físico isolado do ambiente só existe na cabeça dos adultos para medi-lo, para vendê-lo, para guardá-lo. Para a criança existe o espaço alegria, o espaço medo, o espaço proteção, o espaço mistério, o espaço descoberta, enfim os espaços de liberdade ou de opressão. (LIMA, *apud* BARBOSA, p. 120, 2006)

Assim o espaço físico não se resume à sua metragem. O espaço físico de qualquer tipo de instituição de Educação Infantil precisa tornar-se um ambiente, isto é, ambientar as crianças e os adultos considerando a dimensão física (a forma como o espaço é organizado) articulado com as intenções e interações que se pretende que sejam estabelecidas nesse espaço.

Os espaços e os ambientes não são neutros, o modo como são organizados na instituição de Educação Infantil é muito revelador, sendo o retrato da relação pedagógica existente. Esse ambiente exerce um impacto, sobre o indivíduo que dele faz parte, podendo se caracterizar como facilitador ou limitador da ação educativa.

Um espaço e o modo como é organizado resulta sempre das idéias, das opções, dos saberes das pessoas que nele habitam. Portanto, o espaço de um serviço voltado para as crianças traduz a cultura da infância, a imagem da crianças, dos adultos que a organizaram; é uma poderosa mensagem do projeto educativo concebido para aquele grupo de crianças.(FARIA,2003, p.85)

Ao organizar um ambiente é necessário refletir sobre como pensamos a criança e a educação oferecida a elas, quais são as concepções que orientam. As concepções de criança, de desenvolvimento infantil definem a organização dos ambientes propiciando ou não as interações, as brincadeiras, o protagonismo infantil, onde a criança pode criar, imaginar, construir, podendo ser ou não, para a criança, um lugar acolhedor e prazeroso onde ela possa brincar e sentir-se estimulada e feliz.

A organização do espaço é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Organizado com e para as crianças contribui no desenvolvimento das potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento de novas habilidades, sejam elas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais.

Os espaços nas instituições pesquisadas são organizados segundo um modelo escolar com mesas e cadeiras para que as crianças desenvolvam as atividades solicitadas pela professora que muito se assemelha com práticas encontradas no ensino fundamental, estabelecendo rotinas escolares bem definidas e planejadas pelos adultos que não são contemplam as necessidades da faixa etária em questão.

Foi possível perceber com base nas entrevistas que as gestoras, coordenadoras e professoras têm consciência da importância de uma organização diferenciada para as crianças de 3 anos. Sabem da importância da participação das mesmas nesse processo. Da necessidade da organização de espaços desafiadores, acolhedores, ricos de possibilidades de experiências e interações porém foi observado que a organização dos espaços/ ambientes e do tempo são pautados pela por uma “lógica escolar” com locais, horários e rotinas pré determinadas e pouca ou nenhuma flexibilidade.

Segundo Barbosa (2006) o ambiente é fundamental na constituição dos indivíduos por ser um mediador cultural “tanto da gênese como da formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores”.

Quando se tem em conta que nele se permanece durante aqueles anos em que se formam as estruturas mentais básicas(...). Estruturas mentais conformadas por um espaço que, como todos, socializa e educa, mas que, diferentemente de outros, situa e ordena com essa finalidade específica tudo e todos quantos nele se encontram. (FRAGO e ESCOLANO, 1998, p.64 *apud* BARBOSA, 2006, p.121)

A importância da organização dos espaços para o desenvolvimento infantil é traduzida nas diversas correntes da psicologia. Conforme Piaget, *apud* KRAMER, 2000, p. 29), “o desenvolvimento resulta da combinação entre aquilo que o organismo traz e as circunstâncias oferecidas pelo meio”, a partir das ações e das manipulações pois é o meio que propicia a interação com os espaços instituídos e com as pessoas que deles fazem parte, portanto o espaço organizado precisa não apenas desafiar a criança, sendo necessário que ela criança interaja com esse espaço, com os elementos e pessoas que dele fazem parte.

Também Vygotsky ressalta a importância do ambiente como fator fundamental para o desenvolvimento infantil podendo estimular ou reprimir, pois o ser humano só cresce e aprende em um espaço que possibilite interações e que desperte a curiosidade. Para ele o meio social exerce um papel fundamental na construção e no desenvolvimento dos indivíduos, sendo por meio da interação com o meio social que o sujeito constrói e reconstrói o mundo em uma relação dialética. (HORN, 2004)

Portanto os espaços nas instituições que atendem à Educação Infantil devem ser organizados de acordo com a faixa etária da criança, propondo desafios cognitivos e motores que irão auxiliar no desenvolvimento de suas potencialidades e também devem conter objetos que retratem a cultura e o meio social em que a criança está inserida, para que ela possa se reconhecer nesse espaço.

Assim, como relatado anteriormente a inexistência de áreas verdes, a escassez de espaços e brinquedos desafiadores, a organização do ambiente nas salas de atividades com mesas e cadeiras sem muita diversidade de materiais e possibilidades observados nas escolas pesquisadas, não contribui de forma efetiva para o desenvolvimento de suas potencialidades, negando a essa faixa etária de 3 anos um atendimento que respeite os direitos e necessidades dessas crianças.

Para Wallon (1989 *apud* HORN 2004) a atividade humana é eminentemente social, sendo a instituição educacional, além do ambiente familiar, o lugar mais adequado para o desenvolvimento dessa atividade por ser um ambiente mais rico e mais diversificado, podendo oportunizar às crianças a convivência com outras crianças, adultos e também com seus familiares.

As crianças passam por diferentes estágios de desenvolvimento, portanto possuem necessidades diferentes também em relação ao ambiente onde estão inseridas, considerando os recursos e as competências que já desenvolveu. (HORN, 2004). Por isso é fundamental que as instituições educacionais, mais especificamente as escolas municipais de Juiz de Fora que atendem as crianças de 3 anos organizem seus espaços/ ambientes de forma a atender as suas necessidades.

Os espaços nas instituições pesquisadas são organizados uniformemente para atender a diferentes faixas etárias das escolas, tendo como referência as especificidades das crianças maiores (4, 5 e 6 anos), direcionando todo o “fazer” pedagógico para crianças maiores, afinal essas instituições foram concebidas para

esse atendimento que por sua vez não contempla as necessidades dos pequenos de 3 anos.

O espaço físico permite ou não a construção das estruturas cognitivas e subjetivas das crianças, impondo limites ou abrindo espaços para a construção conjunta (adultos e crianças) de ambientes ricos e desafiadores que possibilitem vivências e experiências diferenciadas ampliando, assim, a capacidade de aprender, de expressar sentimentos e pensamentos. “A disponibilidade de ambientes variados e a variação dentro de um mesmo ambiente ampliam o universo cultural e conceitual das crianças”(BARBOSA, 2006, p. 135).

2.2.2. A organização dos tempos, espaços e as interações

As seções anteriores abordaram a organização dos espaços e dos tempos nas instituições de Educação Infantil. Nessa seção será discutido a importância das interações, que não podem ser discutidas de forma isolada, pois a partir das concepções de infância, da organização dos tempos e espaços que as interações são estabelecidas.

É no encontro e nas interações com adultos e com outras crianças, permeados pela emoção e pelo afeto e pelas práticas culturais e pelas linguagens simbólicas, que as noções sobre o mundo social se constituem.

Vários estudos destacam a importância das interações sociais para o desenvolvimento das crianças e evidenciam a relevância da interlocução com as linguagens simbólicas da família, do professor e das demais crianças. A formação das crianças acontece em processos de interação, negociação com os outros ou por oposição a eles. (BRASIL, 2009)

A psicologia sócio-histórica traz em seu bojo a concepção de que todo Homem se constitui como ser humano pelas relações que estabelece com os outros. Desde o nosso nascimento somos socialmente dependentes dos outros e entramos em um processo histórico que, de um lado, nos oferece os dados sobre o mundo e visões sobre ele e, de outro lado, permite a construção de uma visão pessoal sobre este mesmo mundo. O momento do nascimento de cada um está inserido em um tempo e em um espaço em movimento constante. A história de nossa vida caminha de forma a processarem todos uma história de vida integrada com outras muitas histórias que se cruzam naquele momento. (MARTINS, s/d, p.113)

Portanto, é a partir da interação com outras pessoas que as crianças se apropriam de signos de sua cultura e se modificam, aprendendo a negociar e a compartilhar, ou seja, a criança constrói o conhecimento intermediada pelo outro. Sendo assim na Educação Infantil, é primordial que a organização do tempo e do espaço promova oportunidades de momentos de troca com outras crianças e de brincadeiras para que se promova efetivamente aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças.

Os estudos de Vygotsky e Wallon destacam a importância das interações no desenvolvimento infantil, a partir da perspectiva sócio histórica de desenvolvimento relacionando afetividade, linguagem e cognição com as práticas sociais. Wallon destaca a íntima relação entre as interações sociais das crianças e suas aprendizagens intermediadas pelo meio onde estão inseridas, entendendo meio como o campo onde a criança aplica as condutas que dispõe. (HORN, 2004)

O autor defende que as interações sociais são as alavancas do processo educativo. Vivenciando experiências no seu contexto histórico cultural, mediadas pela outras pessoas, além do que as crianças já são capazes de fazer sozinhas. Apresentando a noção de Zona de Desenvolvimento Proximal, que é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar por meio da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado mediante a solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VIGOTSKI, 1991)

O nível de desenvolvimento real refere-se a tudo aquilo que a criança já tem consolidado em seu desenvolvimento, o que ela é capaz de realizar sozinha e a “zona de desenvolvimento proximal” refere-se aos processos mentais que ainda estão em construção na criança, que ainda não amadureceram. A zona proximal de hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã, isto é aquilo que a criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã. (VIGOTSKI, 1991)

E nesse sentido a brincadeira aparece como importante promotora de desenvolvimento, sendo o brincar parte essencial de sua natureza, podendo favorecer tanto aqueles processos que estão em formação, como outros que ainda estão se desenvolvendo.

Portanto, é fundamental que as Instituições de Educação Infantil propiciem possibilidades de atividades relacionadas ao brincar e de interações oferecidas à

criança, para que ela dê sentido ao mundo interpretando-o e se apropriando daquilo que sua cultura lhe propicia contribuindo também para a cultura existente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil não estabelecem como devem ser organizados os espaços e tempos nas instituições de ensino que atendem crianças de 0 a 5 anos, porém pontuam que as propostas pedagógicas dessas instituições, a organização dos espaços e tempos deverão assegurar:

- A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;
- O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;
- Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;
- A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América. (BRASIL, 2010,p.19 e 20)

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora aponta que a organização dos espaços da Educação Infantil não deve ser considerada como mero atributo físico, onde se assentam as pessoas, mas como um arranjo que possa, entre outros:

- ser uma dimensão pedagógica, um processo de aprendizagem que leva ao desenvolvimento da condição humana e que não se restringe somente ao espaço das salas de atividades, mas à totalidade de ambientes que compõem a instituição;
- contribuir para a formação das crianças, na medida em que ajuda a desenvolver as funções motoras, sensoriais, simbólicas, lúdicas e relacionais;
- construir uma produção espacial para/com as crianças tendo em vista a observação dos interesses e necessidades destas (de que brincam, como brincam, o que mais gostam de fazer, onde preferem ficar);
- possibilitar a autonomia e a autoria das crianças, assim com o de todos os sujeitos presentes no ato de educar;

- abrigar rotinas que vão além da sala de atividades, que possibilitem às crianças terem acesso aos diferentes espaços dentro e fora da instituição;
- garantir o contato direto da criança com os elementos da natureza(árvores, grama, água, areia e outros);
- abrigar parques e instrumentos adequados às crianças que ocupam o espaço; (JUIZ DE FORA, 2010, p. 31)

Diante das reflexões sobre a importância da organização dos espaços/ambientes para o desenvolvimento integral das crianças, destacados nos documentos citados anteriormente, procurou-se conhecer como as escolas organizam seus espaços para atender as crianças de 3 anos. Além das percepções dos sujeitos sobre essa organização, já apresentadas anteriormente, realizou-se, também, uma observação dos espaços de cada uma das três escolas abordadas nesta pesquisa. Nas escolas pesquisadas A e B observaram-se vários espaços/ambientes organizados para que as crianças possam utilizá-los.

A Escola A possui espaços onde as crianças podem brincar, correr e interagir com outras crianças. Possui um parquinho, uma sala com escorregador e balanços, quadra e pátio. Porém os parquinhos não são utilizados todos os dias pelas crianças de 3 anos, enquanto o pátio é utilizado todos os dias no horário de recreio, onde as crianças brincam livremente.

Cabe ressaltar que o pátio da Escola A, assim como o das Escolas B e C são utilizados pelas crianças todos os dias nos horários de recreio e não oferecem muitas opções para as crianças brincarem e fazerem escolhas. Contrariando a própria legislação municipal que defende que “Lugar para brincar é aquele espaço ofertado à criança para que ela tenha condições de escolher, de criar, de parar e de voltar a brincar”. (JUIZ DE FORA, 2008, p.30)

A Escola A se preocupa em oferecer às crianças de 3 anos um espaço para estabelecer interações experiências ricas e variadas. Um exemplo disso é o espaço denominado de brinquedoteca organizado com brinquedos acessíveis para as crianças brincarem de faz de conta e outros diversos usos. A gestora dessa instituição relatou que as crianças brincam e depois organizam os brinquedos para que possam ser utilizados por outras turmas. (GESTORA DA E. M. A, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

Também possui uma biblioteca com livros variados de acordo com as diversas faixas etárias que a escola atende. Esses ambientes de uso coletivo são

utilizados em dias e horários pré determinados para que todas as turmas da escola possam utilizá-los. Se a divisão em dias e horários é necessária dentro de uma organização institucional, por outro restringe seu uso, sendo difícil a utilização desses ambientes de acordo com o interesse das crianças e a frequência com que deveriam ser usados.

Na figura abaixo podemos observar a brinquedoteca da Escola A.



Figura 09. Brinquedoteca

Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

Também nas salas de atividades as crianças possuem brinquedos de montar, os brinquedos pedagógicos, brinquedos que propiciam momentos de “faz de conta” e um cantinho, uma estante com livros, acessível para as crianças. As atividades realizadas Por elas ficam expostas em varais e nas paredes da sala. Como pode ser observado na figura abaixo.



FIGURA 10 - Sala de atividades de uma turma “Creche 3 anos” E.M.A
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

A Escola B também se preocupa com a organização dos espaços/ambientes para atender às crianças de 3 anos, levando em conta suas especificidades. Porém, segundo a gestora dessa instituição, organizar os espaços, adquirir materiais e realizar algumas melhorias demanda gastos financeiros que na maioria das vezes fica a cargo somente da escola, que não tem como arcar com essas despesas, tornando esse processo um pouco lento, tudo é feito aos poucos de acordo com as verbas recebidas, festas, bazares realizados pela escola para arrecadar fundos. (GESTORA DA E. M. B, entrevista concedida em 25 de junho de 2014) Embora com as dificuldades financeiras relatadas a escola possui brinquedos nas salas específicos para as crianças pequenas.

Essa dificuldade financeira relatada pela gestora para adequar a escola para o atendimento às crianças de 3 anos contrasta com o que afirmou em entrevista a Chefe de departamento da Educação Infantil (CHEFE DE DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, entrevista concedida em 17 de outubro de 2013). Segundo ela a Secretaria de Educação procura viabilizar os recursos necessários, como mobiliários, brinquedos, parquinho voltados a essa faixa etária e também essas escolas são priorizadas quanto aplicação de recursos financeiros.

A Escola B tem uma biblioteca, uma sala de informática e ainda uma outra com várias pias para atividades artísticas variadas para serem utilizadas pelas crianças em múltiplos usos e organizações. Segundo a gestora, a escola tem como objetivo organizar em cada sala da Educação Infantil “cantinhos da imaginação” com casinhas, panos, fantoches, brinquedos diversificados, porém por questões financeiras ainda não foi possível, assim estão empenhando esforços para organizar esse “cantinho da imaginação” em uma sala para ser utilizado de forma coletiva por todas as turmas.

A Escola não possui área verde, porém os espaços no entorno da escola propiciam o contato das crianças com a natureza e esses espaços são utilizados pelas professoras. O pátio da escola onde as crianças brincam é bem amplo, com uma área coberta e outra não, porém é todo cimentado com um parquinho pequeno, limitando as possibilidades de brincadeira das crianças.

Esse espaço reservado para o brincar não oferece muitas opções para as crianças brincarem e interagirem. Também como pode ser observado abaixo as salas de atividades, talvez por serem divididas com outra faixa etária no contra turno, priorizam um modelo de organização escolar dos espaços.



FIGURA 11. Sala de atividades da Escola B
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14



FIGURA 12. Sala de atividades da Escola B
Fonte: Elaborado pelo autor: data 29/07/14

Portanto esses espaços poderiam ser repensados e reorganizados em setores com, por exemplo, um escorregador, uma casinha de bonecas, um canto para guardar carrinhos maiores como em garagem, cabides com várias roupas, bolsas, chapéus, guarda-chuvas dependurados, etc. Setores estruturados ao redor de alguns temas como: casinha, cabeleireira, vendinha, posto de gasolina, canto de leitura etc. Podendo proporcionar assim, oportunidade para que as crianças se associem em pequenos grupos e desenvolvam atividades em grande parte estimuladas por esses diversos setores. Ainda objetos simples como caixas de

diversos tamanhos e formatos permitem que as crianças possam fantasiar, manipular e transformar os espaços de acordo com sua criatividade e interesse. (BRASIL, 2006)

A Escola C foi, entre as três escolas pesquisadas, a única construída pela prefeitura, na década de 80, destinada ao atendimento da Educação Infantil, sendo a que apresenta uma maior limitação do espaço físico. O pátio onde as crianças de 3 anos brincam é pequeno, limitando as brincadeiras a um parquinho com escorregadores e gangorras e “cavalinhos” pequenos. A escola possui uma quadra que é utilizada por todas as turmas. Como não é coberta, seu uso é limitado, pois quando chove ou quando o sol está muito forte não pode ser utilizada.

Possui uma sala utilizada como sala de professores e biblioteca ao mesmo tempo, não sendo adequada para o funcionamento de uma biblioteca.

A sala de atividades onde as crianças de 3 anos são atendidas é bem pequena com mesinhas individuais organizadas para formar grupos de quatro crianças e não oferece nenhum atrativo para as crianças.



FIGURA 13. Sala de atividades Escola C
Fonte: Elaborado pelo autor: data 30/07/14

Nesse espaço observamos as mesas e cadeiras, uma mesa do professor, um armário e uma estante de aço. Também observamos aqui uma organização pautada pelo modelo de escolarização, inadequado a essa faixa etária.



FIGURA 14. Sala de atividades Escola C
Fonte: Elaborado pelo autor: data 30/07/14

As profissionais que participaram da pesquisa consideram que a organização dos tempos e espaços nas instituições nas quais atuam propiciam diversos usos, brincadeiras de faz de conta e dramatizações, facilitam a autonomia, as interações, o acesso a livros e brinquedos, entre outros. Porém, relataram também que nem sempre essa organização é feita com o auxílio das crianças. Dessa forma, foi possível verificar que a organização dos espaços/ambientes é feita pelos adultos da instituição escolar, sem que as crianças participem ativamente desse processo.

Foi possível verificar que as profissionais das três escolas consideram que a organização dos espaços/ambientes externos e internos, os brinquedos disponíveis, as rotinas estabelecidas, os momentos do cuidado, de atividades dirigidas, os momentos do brincar com outras crianças e com os professores propiciam importantes momentos de interação entre as próprias crianças e os adultos.

Há de se observar que momentos de interação entre crianças de 3 anos com outras de faixas etárias diferentes também são importantes e devem ser levados em conta na organização dos tempos e espaços. Isso não acontece frequentemente no caso das escolas pesquisadas, como foi relatado nas entrevistas realizadas, pois a organização das rotinas ao longo do dia se faz de forma que crianças menores não dividam o mesmo espaço com crianças maiores.

A organização dos espaços disponíveis em uma instituição educacional, particularmente em uma escola que atende crianças de 3 anos deve propiciar a construção da autonomia dessas crianças, organizando os ambientes e materiais de

forma que elas possam fazer escolhas, pegar, manipular, criar, brincar sozinhas ou em grupos. A organização observada nas escolas pesquisadas favorece pouco essas escolhas, em função das limitações dos espaços, já apresentadas e também de sua organização num modelo escolar.

Nas entrevistas realizadas com as professoras, todas afirmaram que procuram desenvolver a autonomia das crianças. Uma das questões presentes na entrevista procurou verificar se os brinquedos são guardados em locais de livre acesso às crianças. Apesar da concordância durante a entrevista verificou-se durante a observação da pesquisadora que em uma das escolas alguns materiais ficam guardados nos armários e são entregues para as crianças em momentos específicos. Em outra escola alguns materiais, principalmente os brinquedos de montar, os brinquedos pedagógicos, ficam em uma sala específica, pois é de uso coletivo da escola.

Portanto, nem sempre nas salas de aula os ambientes são organizados de forma que permita que as crianças façam escolhas e desenvolvam sua autonomia, pois alguns brinquedos e materiais são entregues às crianças em momentos estabelecidos pela professora, dependendo ainda da rotina estabelecida pela mesma.

Eles tem acesso dentro do momento. Vamos brincar com os jogos de encaixe, às vezes eu vejo a necessidade deles. Está lá na rotina, depois da atividade, o que vocês preferem ou é brincar ou é massinha, o que vocês preferem? Então eles participam dessa maneira, desde que tenha essa rotina. Eles vão lá e pegam, depois também guardam, já sabem que tem que separar os brinquedos porque senão depois eles não se encaixam. (...) Os brinquedos eles têm acesso sim, desde que esteja no momento do brincar. (PROFESSORA DA E. M. A, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

Esse aspecto contribui para uma outra análise: sobre as rotinas estabelecidas com as crianças de 3 anos. Essas rotinas precisam ser flexíveis, uma vez que os ritmos, desejos e necessidades das crianças devem ser levados em conta. Quando convidadas a responder sobre a flexibilidade das rotinas considerando que as crianças podem dormir ou repousar, ir ao banheiro ou beber água quando necessitam todas as entrevistadas responderam que essas necessidades são garantidas.

Ainda procurando perceber se há flexibilidade nas rotinas com as crianças de 3 anos foi perguntado se nessa organização das rotinas, o ritmo individual das crianças é respeitado. As respostas das professoras entrevistadas refletem uma

consciência e preocupação da equipe escolar, em respeitar o ritmo individual de cada criança ao estabelecer as rotinas. Segundo uma das professoras entrevistadas “elas são muito pequenas, às vezes tenho todo um planejamento e quando percebo que elas estão cansadas, mudo esse planejamento na mesma hora.” (PROFESSORA DA E. M. B, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

Pelos relatos das entrevistadas observou-se que as rotinas são estabelecidas pelas professoras com horários pré determinados para o brincar, para atividades dirigidas como pintura, desenho, momentos para a “rodinha”, para alimentação, sendo flexível quanto às necessidades fisiológicas das crianças.

Também é considerado pelas coordenadoras e professoras que as rotinas são importantes, tanto para as crianças, pois possibilitam que se orientem na relação tempo e espaço e se desenvolvam, quanto para a professora, pois é parte de um planejamento que é flexível, passível de mudanças de acordo com as necessidades de um determinado dia.

A flexibilização das rotinas é de suma importância, principalmente em se tratando de crianças de 3 anos, exigindo uma sensibilidade das professoras que atuam com essas turmas em perceber as necessidades individuais desses meninos e meninas, pois na maioria das vezes eles não as expressam por meio da linguagem verbal.

A organização e as práticas das rotinas presentes no cotidiano devem, além de ser flexíveis, possibilitar a participação e a autoria das crianças, conferir-lhes estabilidade, apoio emocional, social e cognitivo, possibilitar a experimentação de arranjos diferentes de espaços e tempo relacionados entre si, portar permanências que contribuam para o aprendizado e para o desenvolvimento das crianças, ir além da mera repetição e se organizar como uma construção dinâmica e reveladora atendendo as necessidades e demandas das crianças. (JUIZ DE FORA, 2010, p. 38)

É importante considerar que como essas turmas não estão inseridas num contexto organizado especificamente para as crianças menores, as rotinas das turmas de 3 anos são organizadas dentro de uma rotina maior, a da escola, que estabelece fixos e rígidos horários de merenda, de brincar no pátio (recreio), de utilizar a biblioteca, entre outros. Isso limita as possibilidades de flexibilização das rotinas pelas professoras, embora elas reconheçam que essa flexibilização seria importante e necessária.

Percebe-se que muitas dessas rotinas são marcadas pela fragmentação

do tempo, regidas pelo tempo institucional, necessitando de reflexão do uso dos espaços/ ambientes na estreita relação de como a noção de tempo é vivenciada com essas crianças de 3 anos.

É necessário considerar o tempo também com um elemento de aprendizagem, não como mera estrutura que organiza os fazeres diários, as rotinas do cotidiano, mas também como um arranjo que permita:

- ir além do tempo cronológico, de sua redução como horas do fazer;
- possibilitar a emergência e o diálogo das diferentes temporalidades que fazem parte da experiência humana, permitindo a autonomia e autoria das crianças e dos demais sujeitos presentes nessas instituições; possibilitar a experiência do encontro coletivo, do comunitário, permitindo momentos de singularidades e coletividades;
- presenciar a condição indissociável de tempo e espaço como atributos que se encontram no processo de humanização;
- abrigar as diferentes formas de vivenciar o tempo construídas na experiência humana na terra. (JUIZ DE FORA, 2010, p. 36)

Observou-se, pelo relato de algumas professoras, que a preocupação com os “conteúdos” se faz presente no cotidiano com as crianças de 3 anos. Estabelecer uma lista de conteúdos a serem trabalhados com essas crianças é iniciar um processo de escolarização precoce em detrimento de momentos criativos, livres, exploratórios, diversificados que contribuam significativamente para o desenvolvimento das potencialidades dessas crianças pequenas. Entretanto, é também a alternativa que se apresenta às professoras num contexto no qual outros tipos de atividade são muito limitados pelas próprias limitações do espaço.

Tem o horário da massinha, “dos pininhos”, também deixo que eles fiquem brincando livre dentro da sala com o brinquedo que eles quiserem e às vezes, depois do recreio, trabalho o esquema corporal, a higiene, algum conceito matemático.

(...) na rodinha trabalho como está o tempo, a chamada com os nomes deles, depois a gente parte para o conteúdo... (PROFESSORA DA E. M. B, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

Tem os momentos específicos para o brincar, tem momentos que estamos conversando sobre o que aconteceu no dia anterior, a gente tem o conteúdo a ser cumprido, agora a gente “tá” em cores, faço uma revisão do momento anterior... (PROFESSORA DA E. M. C, entrevista concedida em 25 de junho de 2014)

Conforme relatado na entrevista concedida em 17 de outubro de 2013 pela Chefe de Departamento da EI, a Secretaria de Educação promove anualmente

encontros mensais com os profissionais que atuam nas creches e nas turmas de Educação Infantil para discutir questões referentes ao atendimento às crianças de 0 a 5 anos porém, essa formação não se reflete na prática.

Esses depoimentos das professoras demonstram a necessidade de se pensar em uma formação voltada para esses profissionais que atuam especificamente com crianças de 3 anos. Pois, muitas vezes as práticas com essas crianças tem como base um modelo escolar com conteúdos pré definidos, fragmentados eleitos pelos adultos como pré requisitos fundamentais para o sucesso da criança em etapas futuras. Essas práticas desconsideram que nessa faixa etária é necessário entre outros, proporcionar as crianças uma multiplicidade de experiências e situações planejadas intencionalmente que fortaleçam a autonomia, o conhecimento do corpo, a linguagem oral, a expressão de sensações por meio de falas e gestos, a criatividade, a fantasia, a expressão artística.

As coordenadoras entrevistadas destacaram a necessidade de se pensar nessas crianças de 3 anos de forma diferenciada e também a necessidade de uma formação específica dos professores que atuam nessas turmas, relatando que buscam estratégias dentro da própria escola para que as especificidades dessas crianças sejam discutidas.

Há necessidade de pensar nessas crianças de forma diferenciada, principalmente na questão do movimento, (...) do tipo de atividades, algumas têm que ser direcionadas, do tempo, da linguagem que vai ser utilizada com elas, a forma de conversar de expressar, aquele olhar mais atento, porque por serem menores, nem sempre vão se expressar de forma verbal, oral, podendo utilizar gestos, expressões que o professor tem que estar mais atento. As crianças maiores verbalizam mais e os pequenos demonstram de outra forma. O professor tem que estar mais atento a essa outra forma de linguagem, tem que ter mais conhecimento da forma de expressão dessas crianças. Também os materiais, artefatos, brinquedos, utilizados com essa faixa etária também tem um diferencial, tudo tem que ser pensado e planejado de acordo com aquela faixa etária, (...) respeitando as questões motoras dessa idade, a forma de organizar as brincadeiras, os tipos de brincadeiras, que posso ou não organizar para aquela faixa etária, atividades e brincadeiras que sejam desafiadoras que tragam desafios para elas, mas que esses não sejam superior e nem inferior a idade, tudo tem que ser considerado no planejamento pro trabalho com as crianças pequenas. (COORDENADORA DA E. M. A, entrevista concedida em 30 de junho de 2014)

A professora que atua com 3 anos tem que ter afinidade com essa faixa etária, o cuidar e educar estão muito próximos, as crianças são mais dependentes, o professor precisa estar mediando, intervindo, as

crianças solicitam o tempo todo. (COORDENADORA DA E. M. B, entrevista concedida em 30 de junho de 2014)

Essas crianças precisam de espaços maiores, mais diversificados, um espaço físico adequado a elas, com salas maiores, com mesas menores, com refeitório adequado, com pias para seu tamanho e também com chuveiro para higiene quando necessário. (COORDENADORA DA E. M. C, entrevista concedida em 27 de junho de 2014)

Também as pessoas entrevistadas demonstraram uma preocupação em oferecer a essas crianças de 3 anos um atendimento diferenciado das demais da Educação Infantil, reconhecendo que essas crianças possuem especificidades que devem ser observadas e levadas em conta no trato diário com elas. Demonstraram ter consciência e sensibilidade do importante papel de educador de crianças pequenas e acreditam que as instituições escolares precisam ser espaços de convivência e aprendizagem seguros, organizados, agradáveis e com infraestrutura adequada.

Merece destaque ainda que foi possível perceber pelas entrevistas que as escolas esperam da Secretaria de Educação do município um suporte maior com relação ao atendimento dessas crianças de 3 anos, quer seja por meio de uma orientação mais específica, de formação continuada para os gestores, coordenadores e professores que atuam com essas turmas, quer seja pelo suporte material e financeiro para que esse atendimento garanta a essas crianças a qualidade da qual elas tem direito.

2.3 Considerações para a proposta de intervenção

O município de Juiz de Fora, como relatado anteriormente, oferece atendimento para crianças de 0 a 3 anos em creches, entretanto devido à grande demanda não atendida nessa faixa etária as crianças de 3 anos estão sendo matriculadas nas escolas e diante dos dados coletados e descritos no capítulo anterior algumas considerações e reflexões necessitam ser apontadas para subsidiar as ações propostas no Plano de Ação descrito no capítulo posterior.

2.3.1 Considerações com base na legislação

O município de Juiz de Fora consegue atender no seu sistema educacional a demanda das crianças de 4 e 5 anos, bem como do ensino fundamental. Sendo a falta de vagas para o atendimento de 0 a 3 anos o grande desafio que se apresenta.

Para tentar resolver, em parte, essa situação, a solução encontrada pelo município foi de atender as crianças de 3 anos em instituições que atendem a pré-escola e não em creches como prevê a legislação brasileira.

Essa legislação estabelece como dever do Estado garantir à criança de zero a cinco anos de idade o atendimento em creche e pré-escola. Esta determinação está prevista em vários dispositivos legais que sustentam o direito à educação. Como na Constituição Federal de 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente também prevê o atendimento em creches e pré-escolas como dever do Estado.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; (BRASIL, 1990)

E esse direito é reiterado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação como dever da família e do Estado e ainda no artigo 4º a LDB estabelece a garantia da Educação Infantil gratuita de 0 a 5 anos de idade.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996)

Cabe ressaltar que a Educação Infantil compreende dois segmentos: creche e pré-escola.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996)

Também o Plano Nacional de Educação, PNE-2014/2023 prevê como Meta 1:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (Brasil, 2014).

Assim como base nesses dispositivos legais citados anteriormente, as crianças de três anos têm o direito de serem atendidas em creches. O direito à Educação, previsto na Constituição Federal, inclui também o direito à creche, não sendo um direito só da criança, mas também da família que trabalha e necessita assegurar a sua criança o direito fundamental à Educação Infantil.

A LDB representa um marco histórico para a Educação Infantil ao reconhecê-la como primeira etapa da educação básica ressaltando de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, positivando assim sua importância e necessidade de oferecimento.

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996)

Nas palavras de Cury (2008) a Educação Infantil é a raiz da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento. Portanto a educação básica é composta por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Essa organização estabelecida na LDB assegura em sua plenitude o direito à educação.

Contudo apesar do direito à Educação ser considerado um direito fundamental, não é garantida a sua auto-aplicabilidade, sendo necessárias ações planejadas do Estado para que o mesmo se concretize. Para que ocorra a sua efetivação se faz necessária a normatização, recursos materiais, humanos e disponibilidades jurídicas. Nesse sentido a LDB em consonância com a Constituição Federal estabelece:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996)

A Educação Infantil é direito fundamental de toda a criança. O Município é o ente responsável na atuação prioritária do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

Assim, consagrado o dever do Estado surge o direito subjetivo da criança e toda a atuação administrativa deve voltar-se para a implementação desse direito. Cabe ao município estabelecer com prioridade, os meios adequados para atender e criar condições necessárias para um eficaz serviço público, as creches. Caso contrário, a falta de planejamento e de gestão coerentes com a demanda promove reiteradas violações ao direito fundamental da criança. (LEAL, 2014)

É necessário destacar também que o atendimento às crianças de três anos não se configura em um direito público subjetivo. Com a Emenda Constitucional n.º 59/2009, houve uma maior abrangência do que se considera “direito público subjetivo”, englobando parte da educação infantil (a pré-escola: dos 4 aos 5 anos) e, também, o ensino médio (dos 15 aos 17 anos).

Ainda que o atendimento em creches (0 a 3 anos) não se configure em um direito público subjetivo, o direito fundamental à Educação Infantil é previsto nas leis citadas acima, sendo um dos pilares da educação básica.

A educação escolar, pois, é erigida em bem público, de caráter próprio, por ser ela em si cidadã. E por implicar a cidadania no seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também a educação infantil um direito, a educação básica é dever do Estado (CURY, 2008, p. 296)

No entanto, este direito não é garantido pelo município de Juiz de Fora, que não dispõe de creches suficientes para todas as famílias que buscam e necessitam desse direito.

Esse direito vai além da seguridade das vagas, é necessário que as crianças sejam atendidas em suas necessidades com espaço físico, material, pessoas capacitadas, jornada ampliada, com uma proposta político pedagógica que atenda às especificidades das crianças dessa faixa etária de três anos, exigindo assim a qualidade do atendimento. Não basta inseri-las no sistema educacional, é preciso assegurar que o direito de um atendimento de qualidade seja garantido. E, perante a legislação, a garantia da efetividade do direito de atendimento as crianças de 0 a 3 anos se dá nas creches. Observa-se portanto que o direito é garantido na legislação e o grande desafio é fazê-lo ser cumprido no dia a dia, estar presente na agenda política de forma efetiva.

Quando se trata de enunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições. O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. (BOBBIO apud BOTO, 2005, p. 24)

Proteger os direitos é uma obrigação do Estado e também da sociedade, exercendo o controle e a cobrança atentos dos cidadãos, acionando os mecanismos de fiscalização, Conselho Tutelar, Defensoria Pública e o Ministério Público contribuindo dessa maneira para garantir as boas práticas na democracia e a efetivação dos direitos.

Embora a matrícula em creches não seja obrigatória, é um direito constitucional da criança de 0 a 3 anos e opção da família, conforme os dispositivos legais citados, tendo o poder público o dever de garantir esse direito a toda criança que pretenda usufruí-lo.

Vários estudos e pesquisas comprovam que os primeiros anos de vida são de extrema importância para o desenvolvimento humano, sendo necessário a estímulos para que a criança desenvolva suas capacidades motoras, afetivas e de relacionamento social. O contato das crianças com outras crianças e com os educadores transforma-se em relações de aprendizado. Com essa visão a Educação

Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando então a integrar a política nacional de educação.

Ofertar um atendimento adequado às crianças de 3 anos é fundamental, é garantir a essas crianças a efetivação dos seus direitos.

Sabemos da importância e da legalidade da oferta desse atendimento nas creches, porém outras possibilidades estão surgindo em outros municípios brasileiros como o atendimento às crianças dessa faixa etária em Centros ou Unidades de Educação Infantil, criados com uma infraestrutura e com uma proposta pedagógica adequadas ao atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

2.3.2. Considerações com base na pesquisa

Como citado anteriormente o objetivo dessa dissertação foi analisar o atendimento dirigido às crianças de 3 anos nas escolas municipais estabelecendo um comparativo com os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, com os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças e com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, abordando aspectos como infraestrutura, organização dos tempos, espaços e interações. Assim, a partir da pesquisa realizada, as escolas ao serem confrontadas com os documentos acima citados, não apresentam uma infraestrutura adequada ao atendimento a essa faixa etária comprometendo a organização dos tempos, espaços e as interações estabelecidas com essas crianças.

As instituições pesquisadas possuem uma infraestrutura limitada que não contribui para o desenvolvimento integral das crianças pequenas de 3 anos. Destacando alguns aspectos como inexistência de área verde, falta de espaço apropriado para higiene e cuidado, áreas externas com poucas possibilidades de brincar, criar, manipular e interagir. Essa limitação impõe a essas instituições uma série de arranjos e adaptações que além de comprometer o atendimento a essa faixa etária, não assegura o direito a um atendimento de qualidade do qual elas têm direito.

Também a infraestrutura impõe limites as práticas diárias com essas crianças. Ainda que existam propostas de trabalho bem planejadas, articuladas levando em conta as especificidades das diferentes faixas etárias atendidas essas encontrariam

difficuldade em serem colocadas em prática em virtude a limitação que esses espaços impõe a essas práticas.

É importante destacar também que as crianças de 3 anos possuem suas especificidades e necessidades que devem ser consideradas ao elaborar uma proposta de trabalho. A organização de uma instituição que visa atender a essa faixa etária de forma consciente precisa estar atenta a isso. Não podemos estabelecer com essas crianças as mesmas práticas e rotinas que regem o trabalho com crianças maiores. A proposta de trabalho com crianças de 3 anos, é única, específica e deve ser fruto de uma reflexão conjunta envolvendo toda comunidade escolar e precisa estar inserida no Projeto Político Pedagógico das instituições que atendem essas crianças.

Nesse sentido uma formação continuada para toda equipe escolar promovida pela Secretaria de Educação e também nas próprias instituições é fundamental para que todos possam “conhecer” essas crianças, do que precisam e como podem contribuir para seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e social. Essa formação é necessária para orientar “o fazer” com essas crianças pequenas.

O papel do gestor escolar nesse processo é de extrema importância, não se resumindo somente à administração da instituição educacional, mas também como importante agente responsável por mudanças. Ele deve fomentar as reflexões e discussões coletivas que envolvem o atendimento as crianças de 3 anos, e ser sobretudo o primeiro a refletir e avaliar sobre as condições, os espaços, os recursos e as necessidades que envolvem esse atendimento.

Em entrevista com Chefe de Departamento da EI, relatada no capítulo anterior, a solicitação para oferecer esse atendimento é da própria escola. O gestor escolar é de certa forma pressionado pela comunidade escolar em atender a essa demanda, visto que as famílias que procuram as escolas não conseguiram vagas em creches. Porém antes de atender a essa solicitação o gestor precisa conhecer a legislação e os documentos que orientam o atendimento às crianças de 3 anos, pois ele também é responsável por um atendimento que respeite e garanta os direitos dessas crianças.

Também a Secretaria de Educação Municipal necessita monitorar e avaliar o atendimento oferecido às crianças de 3 anos em uma relação dialógica com as escolas e com as comunidades escolares.

Assim o próximo capítulo dessa dissertação irá propor para a Secretaria de Educação do município de Juiz de Fora uma proposta de intervenção direcionada a esse atendimento de 3 anos pelas escolas municipais.

3. PARA AS CRIANÇAS DE 3 ANOS, UM ATENDIMENTO ADEQUADO

Foram ressaltados nessa dissertação as inúmeras conquistas que a Educação Infantil obteve nas últimas décadas, sendo também as crianças e o atendimento ofertado a elas objeto de vários estudos e pesquisas com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre essa etapa de ensino.

Embora muitos avanços tenham sido percebidos, o desafio da expansão da oferta aliada a um atendimento de qualidade ainda está presente, sendo assim o MEC publicou várias orientações e diretrizes para a educação infantil em creches e pré-escolas que devem ser observadas. A adequada organização e estruturação do sistema de ensino é essencial para que a educação infantil se efetive como política educacional.

Entre essas conquistas duas merecem destaque: o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, com a LDB/96 e a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos pela Lei nº 12.796/2013. Essa última também regulamenta que a pré-escola, deve ter uma carga horária anual de 800 horas, distribuídas por no mínimo 200 dias letivos com um atendimento que deve ser de quatro horas por dia, para turno parcial, e de sete horas para o integral. Esse tempo deve envolver, principalmente, atividades voltadas para o brincar, para a convivência entre as crianças, e não para a absorção e avaliação de conteúdos. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos.

Essa mudança não inclui o período de creches, de 0 a 3 anos, mas não tira a responsabilidade do Estado de fornecer vagas. E o novo PNE, como já dito no capítulo 1 desta dissertação, estabelece na Meta 1 a universalização, até 2016 da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE em 2023.

Para o cumprimento dessa meta em particular, os municípios, estado e governo federal devem agir em regime de colaboração, como previsto na legislação, porém essa oferta é de responsabilidade do município, exigindo esforços desse ente da federação. Sendo esse o grande desafio que o município de Juiz de Fora encontra. Sendo evidenciado quando o poder público municipal, a mídia e as

famílias que carecem desse atendimento começam a reivindicar esse direito educacional.

Assim, buscando uma solução imediatista para o problema, crianças de 3 anos estão sendo atendidas nas escolas da rede municipal de ensino. Com a convicção que apenas a matrícula dessas crianças em uma instituição de ensino não lhes assegura o direito procurou-se no capítulo 2 dessa dissertação analisar o atendimento dirigido às crianças de 3 anos nas escolas municipais estabelecendo um comparativo com documentos oficiais promulgados pelo MEC: os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças e com os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil e também com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora, abordando aspectos como infraestrutura, organização dos tempos, espaços e interações.

Destacou-se também o direito de crianças de 0 a 3 anos de serem atendidas em creche e em seguida foram tecidas algumas considerações sobre a pesquisa realizada nas escolas municipais que oferecem atendimento às crianças de 3 anos que subsidiam essa seção, que consiste na apresentação de um Plano de Intervenção proposto para a Secretaria Municipal de Educação.

3.1 Proposta de intervenção

Diante de tudo que foi discutido nessa dissertação, ações precisam ser tomadas para que o atendimento às crianças de 3 anos aconteça em estabelecimentos educacionais que tenham como foco a criança. E como opção pedagógica, a oferta de uma experiência de infância potente, diversificada, qualificada, aprofundada, complexificada, sistematizada, na qual a qualidade seja discutida e partilhada aberta à família e à sociedade. (BRASIL, 2009)

Na discussão dessa qualidade do atendimento específico às crianças de 3 anos é necessário primeiro ressaltar que ao definir, na legislação vigente, o atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos, vários documentos foram publicados com o objetivo de orientar e organizar o atendimento em creches estabelecendo um patamar mínimo de qualidade observando as especificidades dessa faixa etária.

Sendo assim, os espaços destinados ao atendimento das crianças de 3 anos precisam ser pensados e concebidos para atender a essa demanda com o compromisso em ofertar um atendimento adequado a essas crianças.

Portanto as ações que essa dissertação pretende promover ficam limitadas, diante da necessidade apontada anteriormente de que as crianças de 3 anos sejam atendidas em creches ou ainda em espaços concebidos para o atendimento das especificidades dessas crianças.

Se apresenta neste contexto, a urgência de investimentos por parte do município de Juiz de Fora na construção de creches. Segundo a Chefe de Departamento da E.I, na entrevista relatada no primeiro capítulo dessa dissertação, não se constrói uma creche no município há 8 anos.

Como apresentado anteriormente, o município é o ente responsável pela oferta de atendimento a essa faixa etária, sendo essencial que ocorra “vontade política” e planejamento para um investimento nesse segmento negligenciado por tantos anos.

O município tem buscado junto ao governo Federal recursos para expansão do número de creches, por meio do programa Proinfância, cujo principal objetivo é prestar assistência financeira aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública. Com a previsão de construção de 12 novas creches a partir de 2014.

Enquanto novos espaços estão sendo planejados e aguardando execução, com o objetivo de se atender parte da grande demanda reprimida 639 crianças de 3 anos estão sendo atendidas nas escolas municipais, como descrito nos capítulos anteriores. E diante disso algumas ações precisam ser tomadas para assegurar um atendimento a essas crianças digno e respeitoso.

É importante ressaltar que essa alternativa exige que a proposta pedagógica contemple as especificidades da faixa etária e que o espaço físico esteja adequado para o desenvolvimento do trabalho com essas crianças de 3 anos. Portanto é necessário realizar uma avaliação das características do espaço e das condições do ambiente físico, levando-se em conta as especificidades dessas crianças. Além disso, é necessário o conhecimento e aplicabilidade das publicações do MEC como os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, com

os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil e também da Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora.

Assim as ações envolvem duas etapas que se relacionam não só por serem complementares mas também pela necessidade de articular o debate sobre o significado da educação das crianças de 3 anos em estabelecimentos educacionais com o objetivo de reunir várias instâncias: crianças, famílias, profissionais que atuam nas escolas, secretaria de educação, Conselho Municipal de Educação para que, a partir dessa interlocução, qualificar o atendimento pedagógico e também contribuir na defesa dos direitos inalienáveis das crianças. (BRASIL, 2009)

O Plano de Ação Educacional fundamentado a partir dos dados analisados e identificados no capítulo 2 desta dissertação será direcionado a duas dimensões de gestão, a gestão escolar e municipal, envolvendo os gestores das escolas municipais que atendem as crianças de 3 anos, o Departamento de Educação Infantil da Secretaria de Educação, o Secretário de Educação e ainda o Conselho Municipal de Educação.

É de fundamental importância, mobilizar os membros que integram estas equipes gestoras, conscientizando-os da importância de sua participação efetiva em todas as etapas do PAE para que o mesmo se efetive na prática.

Para que haja este processo de conscientização e engajamento será solicitada inicialmente a SE uma reunião para apresentação dessa pesquisa, do Plano de Ação. Será solicitado a SE um espaço na reunião mensal de diretores do mês de março de 2015, para uma breve apresentação desse Plano de Ação para que os gestores escolares sejam mobilizados a participar desse processo de avaliação, reflexão e ação.

A **1ª etapa** é direcionada as escolas que atendem as crianças de 3 anos e deve acontecer nas próprias escolas para facilitar o envolvimento de toda comunidade escolar na avaliação, reflexão e demandas acerca desse atendimento.

Para auxiliar nesse processo de avaliação o documento **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil** (Brasil, 2009), será de grande valia. Esse documento é um importante instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil, por meio de um processo participativo e aberto a toda comunidade e auxiliará essa etapa do PAE. (BRASIL, 2009)

Este documento foi construído com o objetivo de auxiliar as equipes que atuam na educação infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade, a participar de processos de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas que tenham um potencial transformador. Pretende, assim, ser um instrumento que ajude os coletivos – equipes e comunidade – das instituições de educação infantil a encontrar seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática. (BRASIL, 2009, p.12)

Serão previstos três encontros, nos meses de março e abril de 2015 com a participação do colegiado escolar, familiares e equipe gestora. O primeiro encontro envolverá os responsáveis pelas crianças de 3 anos, o colegiado escolar e a equipe gestora. O segundo encontro será com os profissionais da escola e a equipe gestora. O último encontro reunirá os representantes dos responsáveis, os representantes dos profissionais da escola e a equipe gestora. A dinâmica dos encontros será mais detalhada a seguir. Esses encontros acontecerão nas próprias escolas e não necessitam de nenhuma previsão orçamentária. Em cada encontro será redigida uma ata com a assinatura de todos os presentes, legitimando assim esses momentos. Ao final desse processo será elaborado um documento em conjunto, fruto desses encontros, direcionado à Secretaria de Educação Municipal.

O gestor educacional deve ser o principal responsável pela coordenação e execução dessa etapa. O gestor assumindo o compromisso com uma gestão participativa e democrática deve atuar como mediador na relação com os professores, funcionários e com a comunidade, contribuindo e incentivando a participação de todos. Assim todos terão a oportunidade de refletir e avaliar o atendimento oferecido às crianças de 3 anos e também apresentar seus anseios e expectativas.

Um gestor consciente e crítico deve promover um ambiente propício para a participação de toda a comunidade acadêmica e externa, para que seus membros possam se sentir responsáveis pelo processo e assim colaborarem com idéias e soluções, criando um vínculo entre eles e a instituição. (SILVA, 2009)

Será proposto também um momento para que as crianças apresentem seus anseios e necessidades, em conversas na “rodinha” e por meio de desenhos. As crianças serão incentivadas a participar desse processo para que possam ter “vez” e “voz” e não somente serem representadas pelos pais e professores.

O *primeiro encontro* será direcionado aos responsáveis, Colegiado Escolar e equipe gestora (direção, vice, se houver e coordenado(es) pedagógico(o)) para a discussão do atendimento que está sendo oferecido, para conhecer os anseios das famílias e para o levantamento das necessidades que se apresentarem. Além da ata, dois representantes serão eleitos para representarem os responsáveis nas demais reuniões.

O *segundo encontro* será direcionado aos professores, funcionários e equipe gestora e funcionará como um momento de reflexão sobre o atendimento ofertado e os presentes poderão discutir as demandas que se apresentam para um melhor atendimento às crianças de 3 anos. Também como no primeiro encontro será redigida um ata e dois representantes serão eleitos.

O *terceiro encontro* envolverá os representantes dos responsáveis, os da equipe escolar e a equipe gestora para apresentação, discussão e para redigir um documento concluindo as discussões acerca do atendimento ofertado e das demandas surgidas. Esse documento também deve conter o resultado das discussões com as crianças.

Considerando a importância do processo com participação e transparência, o documento final será disponibilizado a todos que participaram desse processo, para que seja avaliado e aprovado antes de ser enviado formalmente para a Secretaria de Educação.

A **2ª etapa** do PAE é direcionada à gestão municipal, a Secretaria de Educação, mais especificamente à equipe do Departamento de Educação Infantil e ao Secretário de Educação. Serão previstos dois encontros Essa etapa deverá acontecer nos meses de maio e junho de 2015, no Centro de Formação do Professor, situado na Secretaria de Educação não havendo nenhum custo adicional.

Serão previstas duas reuniões entre a equipe da SE, os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e os representantes das famílias e professores de cada escola. Também participarão dessas reuniões a Chefe e a Supervisora do Departamento da Educação Infantil, o Secretário de Educação e a Subsecretária de Articulação de Políticas Educacionais A Chefe de Departamento da Educação Infantil juntamente com a Supervisora desse departamento serão as principais responsáveis pela execução desse etapa. Caberá a estas profissionais o planejamento, o agendamento e a execução dos encontros.

Os documentos elaborados pelas escolas serão enviados a Secretaria de Educação para leitura e conhecimento prévio das discussões ocorridas em nível escolar.

As reuniões serão para apresentação por parte das escolas do teor dos documentos elaborados a partir das discussões acontecidas nas instituições e para que a SE faça suas considerações frente a tudo que foi discutido.

A *primeira reunião* será realizada para apresentação e discussão conjunta do teor dos documentos. Deverá acontecer com a participação dos representantes dos pais, com os representantes dos professores, os gestores e coordenadores de cada escola que oferece atendimento às crianças de 3 anos juntamente com os membros da SE relacionados acima.

A *segunda reunião* também contará com os mesmos representantes da primeira reunião e terá como objetivo a apresentação por parte da Secretaria de Educação sobre suas considerações perante os documentos apresentados pela escola. Serão escolhidos nessas reuniões cinco gestores escolares e cinco representantes dos responsáveis, além de representantes da SE para representação em uma reunião com o Conselho Municipal de Educação.

Envolver o Conselho Municipal de Educação nesse processo é necessário. O CME é um órgão deliberativo, consultivo e normativo da administração no setor da Educação, tem por finalidade orientar, estabelecer normas e assessorar o governo do município na definição da política educacional, na área de sua atuação, adequando as diretrizes e bases da Educação Nacional e Estadual às necessidades e condições do Município. Compete ao Conselho, entre outros:

- autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino integrantes do seu Sistema;
- estabelecer indicadores de qualidade de ensino para as escolas da rede municipal de ensino e para as escolas privadas de educação infantil;
- colaborar com o Secretário Municipal de Educação na solução de problemas relativos à educação no âmbito do Município;
- acompanhar a aplicação de recursos destinados à educação pública garantindo a equidade em sua distribuição;
- estudar e sugerir medidas que visem à expansão quantitativa e qualitativa do ensino no Município; (JUIZ DE FORA, 2014)

Assim o envolvimento do Conselho é importante para que todas as reflexões, discussões e propostas possam ser apresentadas e discutidas apontando a

necessidade de atendimento diferenciado a essa faixa etária, não bastando a oferta, mas a garantia de um atendimento adequado.

Após esse processo a Secretaria de Educação terá como opção realizar a elaboração de um documento para as escolas que atendem as crianças de 3 anos com o objetivo de orientar o atendimento. Também poderá elaborar um cronograma para atender as necessidades apresentadas pelas escolas e ainda realizar um acompanhamento sistemático nessas turmas de Creche de 3 anos.

Também será apresentado para a SE a necessidade de se articular uma formação específica para os gestores, coordenadores e professores que atuam com as crianças de 3 anos. Para a reflexão e discussão de assuntos pertinentes a esse atendimento, entre eles o conhecimento da legislação que regulamenta o atendimento, os documentos que orientam e subsidiam as práticas com essas crianças, bem como as necessidades e especificidades dessa faixa etária.

Essa formação é importante não só para os professores e coordenadores, como também para os gestores escolares dessas instituições. Pois, como defende Heloísa Lück, a gestão requer que este assuma diversas áreas e dimensões, destacando as dimensões de organização e dimensões de implementação.

As dimensões de organização dizem respeito a todas aquelas que tenham por objetivo a preparação, a ordenação, a provisão de recursos, a sistematização. Elas objetivam garantir uma estrutura básica necessária para a implementação dos objetivos educacionais e da gestão escolar. (LÜCK, 2009, p.26)

As dimensões de implementação são aquelas desempenhadas com a finalidade de promover, diretamente, mudanças e transformações no contexto escolar. Elas se propõem a promover transformações das práticas educacionais, de modo a ampliar e melhorar o seu alcance educacional (LÜCK, 2009, p.26)

Essas dimensões envolvem, entre outras, a gestão pedagógica, o planejamento, o monitoramento e a avaliação. Assim, uma formação voltada para o atendimento às crianças de 3 anos pode contribuir para uma ação reflexiva e consciente do gestor que se propõe a atender a essa demanda.

Cabe ainda ressaltar a importância e necessidade de se ampliar o debate a cerca desse atendimento. Com a criação de um **Fórum de Educação Infantil**. Um espaço onde vários segmentos ligados a esse campo como associações, sindicatos, organizações não governamentais, profissionais da área, representantes representantes do Conselho Municipal de Educação, Conselhos dos Direitos da

Criança e do Adolescente, pesquisadores, representantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, entre outros, possam dialogar acerca desse atendimento e em defesa do direito da criança pequena a uma Educação Infantil de qualidade.

O prazo para execução do projeto será de março a junho de 2015. O atendimento às crianças de 3 anos nas escolas acontece desde 2009, sendo necessária a urgência de reflexão e ações para organizar esse atendimento. Assim, ainda em 2015, um atendimento mais consciente e monitorado poderá se efetivar.

A avaliação será processual, sendo realizada em todas as etapas do PAE, sendo observado o envolvimento do público-alvo com o que está sendo proposto. O instrumento final de avaliação do Plano se refere à elaboração do documento final que será publicado com vistas a orientar o atendimento às crianças de 3 anos. Bem como as ações tomadas pela SE e pelo Conselho Municipal de Educação para um atendimento digno a essas crianças.

A seguir será apresentado um quadro esquemático para possibilitar uma visão global do Plano de Ação.

QUADRO 5- QUADRO ESQUEMÁTICO/ PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

PLANO DE AÇÃO					
Etapas (ações)	Metodologia/ Recursos	Prazo	Responsabilidade	Custos	Local
1ª ETAPA Reuniões com a participação das famílias e da equipe escolar para reflexão sobre o atendimento e para estabelecer as demandas e necessidades da escola para ofertar esse atendimento	Grupos de discussões nas escolas que atendem às crianças de 3 anos	Março / Abril 2015	Da autora desse Plano de Ação e posteriormente da equipe gestora de cada escola	Nenhum	Nas próprias escolas
2ª ETAPA Reuniões entre os gestores, representantes dos responsáveis	Grupos de discussões na SE	Maió/ Junho 2015	Da autora desse Plano de Ação e posteriormente da equipe gestora de	Nenhum	Centro de formação do professor

com a equipe da Secretaria de para apresentação das reflexões advindas das escolas.			cada escola, da SE e do Conselho Municipal de Educação		
Reuniões para apresentação por parte da SE do Plano de Ação e Metas diante dos documentos					
Apresentação para o Conselho Municipal do processo de reflexão e proposição de ações para que o mesmo se manifeste oficialmente.					

Fonte: Elaboração própria

Para o sucesso desse Plano de Ação é fundamental que todos os atores envolvidos nesse processo se conscientizem que as crianças de 3 anos muito mais do que merecer, possuem um direito garantido constitucionalmente a um atendimento que respeite suas especificidades. Para isso um estudo sobre como esse atendimento está acontecendo nas escolas e a proposição de ações e metas para atender as necessidades é um passo importante que exige um compromisso da Secretaria de Educação e a intervenção do Conselho Municipal de Educação enquanto espaços adequados aguardam para serem construídos com o objetivo de atendimento a essa faixa etária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar o atendimento dirigido às crianças de 3 anos nas escolas municipais de Juiz de Fora – MG estabelecendo um comparativo com documentos oficiais promulgados pelo MEC que visam orientar, organizar e regularizar o atendimento na Educação Infantil. Apresentou-se também um Plano de Ação Educacional, cuja proposta é propor uma reflexão conjunta com o envolvimento de diversos atores, pais, professores, gestores, SME, CME, entre outros, a fim de que esse atendimento considere as necessidades, especificidades e direitos dessas crianças de 3 anos.

Ancoradas nos direitos das crianças estão presentes as concepções de qualidade na Educação Infantil. Os ganhos de qualidade só são obtidos na medida em que o atendimento tem como foco principal as necessidades, demandas, direitos, conhecimentos e possibilidades de desenvolvimento da criança pequena. (CAMPOS, ESPOSITO, et al, 2011)

Durante a elaboração dessa dissertação por meio das leituras e da pesquisa em campo ficou muito evidente a relação ineficiente entre o direito estabelecido na legislação e o direito efetivado das crianças pequenas.

Assim, o município de Juiz de Fora procurando garantir o direito ao atendimento matricula crianças de 3 anos em escolas com o objetivo de suprir uma demanda não atendida pelas creches municipais.

Essas escolas não estão preparadas para receber as crianças de 3 anos, por não possuírem infraestrutura adequada e as condições materiais condizentes com o que os documentos oficiais do Ministério da Educação estabelece. A limitação dos espaços empobrece a natureza das experiências vividas durante o tempo em que frequentam essas instituições, limitando também uma plena vivência de sua infância e ampliação das possibilidades de compreensão e interação com o mundo e pessoas ao seu redor. (CAMPOS, ESPOSITO, et al, 2011)

O direito de estar inserida em uma instituição educacional é garantido, porém este direito é negado a essas crianças já que suas especificidades e necessidades, de modo a garantir um desenvolvimento infantil integral, não são efetivadas.

Não defendemos aqui que esse atendimento apenas possa ser oferecido em creches, mas defendemos que as escolas que ofertam o atendimento a essa faixa etária precisam ter condições para tal até que o poder público municipal se mobilize

na ampliação e construção de creches suficientes para atender a demanda que se apresenta. Este é um desafio que requer dos gestores públicos, dos órgãos de responsabilização e da sociedade em geral um amplo debate e planejamento de ações para se garantir o direito constitucional do acesso universal à educação.

É fundamental que nós gestores escolares tenhamos consciência da importância do nosso papel nesse processo. Refletindo sobre a necessidade do acesso com equidade e qualidade para que os direitos das crianças pequenas sejam de fato efetivados, estreitando cada vez mais a distância entre o real e o ideal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil. Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006. 240 p.

BOTO, Carlota. **A Educação Escolar como Direito Humano de Três Gerações: Identidades e Universalismos.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 777-798, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=126>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 20 ago. 2013

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB nº 9394/96.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. LEI Nº 9.424, DE 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm> Acesso em 22 set. 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/scfie.pdf>>. Acesso em 28 de set. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos ao direito à educação.** Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica. v.I; v.II – Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília : MEC, SEB, 2009.

_____. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil – Bases para Reflexão sobre as Orientações Curriculares**. Projeto de Cooperação Técnica MEC / Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Básica/ UFRGS, 2009.

_____. Lei 12.796/2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília. DF, 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em 06 de out.. 2013.

_____. **PARECER CNE/CEB Nº 20/2009, que Prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Relator: Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/legislacao/download/Parecer_12_10.pdf> Acesso em 19 de set. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Plano Nacional de Educação – Decênio 2011-2020**. Disponível em:<http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf> Acesso em 20 ago. 2013.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas Proinfância**, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>> . Acesso em 14 de Nov. de 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e Brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica**. Brasília. MEC/SEB, 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Investimentos na educação infantil crescem 24,4%.** 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=113453&version=1.8> Acesso em 20 de set. 2013.

CAMPOS, Maria Malta; ESPOSITO, Yara Lúcia; BHERING, Eliana; GIMENES, Nelson; ABUCHAIM, Beatriz. **A qualidade da Educação Infantil: um estudo em seis capitais brasileiras**. Cadernos de pesquisa v.41 n.142. Jan./abr. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a03.pdf> > Acesso em 07 nov. 2014.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. **A qualidade da Educação Infantil Brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Fabiana/Documents/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20parte%20II/qu%20alidade%20na%20ei%20Campos.pdf>> Acesso em 17 jun. 2014.

CASTRO, Michele Bredel. **Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções**. Niterói. UFF, s/d. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf> Acesso em 02 maio 2014.

CRAIDY, C. M. **A educação da criança de 0 a 6 anos: o embate assistência e educação na conjuntura nacional e internacional**. In: MACHADO, M. L. A. de (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica como Direito**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em:<<http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=126>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista. n. 24. Universidade Federal do Paraná, Brasil. 2004. pp. 213-225. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=6>> Acesso em 03 de junho 2013.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.1988.

FARIA, Ana Lúcia G. **O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia infantil**. In: FARIA, Ana Lúcia G. e PALHARES, Mariana (orgs). *Educação infantil pós - LDB: rumos e desafios*. Campinas: Autores associados, 4ª edição, 2003, p.067-100.

Disponível em: <
http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/acervo/capitulos/FARIA_OEspacoFisicoComoDosElem_IN_EducacaoInfantilPosLDB_pp63_100.doc/view Acesso em: 28 de jun. 2014.

FRASER, Márcia Torinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Universidade Federal da Bahia. 2004. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/> Acesso em 15 de Nov. 2013.

GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. **Os impactos do FUNDEB na Educação Infantil brasileira: oferta, qualidade e financiamento.** Evidência olhares e pesquisa em saberes educacionais. Vol. 6, n. 6, 2010. Disponível em: <
<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/213>. Acesso em: 04 de jun. 2013.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal de Juiz de Fora. **Lei Orgânica de Juiz de Fora**, promulgada em 05 de abril de 1990. Juiz de Fora, 1990.

_____. Secretaria de Educação. **Linhas Orientadoras para Educação Infantil nas Escolas da Rede Municipal de Juiz de Fora**, 2008.

_____. Secretaria de Educação. **A Prática Pedagógica na Educação Infantil- Diálogos no cotidiano**, 2012.

_____. Secretaria de Educação. **Educação Infantil: A Construção da Prática Cotidiana**, 2012.

_____. **Resolução Nº 001/2013.** Atos do Governo. Disponível em http://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos.php Acesso em 06 Dez. 2013.

_____. **Conselho Municipal de Educação. Apresentação e competências.** Disponível em: < <http://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/educacao/> > Acesso em 10 de Nov. 2014

KAGAN, Sharon Lynn. **Qualidade na Educação Infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações.** Cadernos de Pesquisa. Jan/Abr 2011 Nº 142 V.41.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Educação Infantil e Currículo.** In: FARIA A.L.G. e PALHARES M.S. (Orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios.** Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

_____. **História da Educação Infantil Brasileira.** Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000- Nº 14. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf> > Acesso em 05 de dez. 2013.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**. – 14^a. ed. São Paulo: Ática, 2003. 110p.

LEAL, Evangelista. **Diário de Justiça do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/70699630/djsp-judicial-1a-instancia-capital-22-05-2014-pg-1470?ref=home> > Acesso em 27 de mai. 2014.

LIMA, Alessandra Maia. Educação Infantil em Juiz de Fora/MG: **Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs e suas políticas Públicas de 1980 a 1996**. 2008. Disponível em < <http://www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/ALESANDRAM.pdf> > Acesso em 05 de out. 2013.

LOPES, Noemia. **O que é projeto político pedagógico (PPP)**. Gestão escolar. Edição 11, dez./jan.2011. Disponível em: < <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml> > Acesso em: 26 mai. 2014.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: < [http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/uploads/arquivos/Dimensoes_da_gestao_escolar_\(livro_final\).pdf](http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/uploads/arquivos/Dimensoes_da_gestao_escolar_(livro_final).pdf) > Acesso em 15 de Nov. 2014.

MARTINS, João Carlos. **Vygotsky e o Papel das Interações Sociais na Sala de Aula: Reconhecer e Desvendar o Mundo**. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p111-122_c.pdf João Carlos Martins' > Acesso em 2 jul.2014.

MILITÃO, Nunes Cesar; PERONI, Fábio; PAZ, Mariano. **Contribuições para o debate sobre a escola pública: o protagonismo e os desafios da educação municipal**. Programa de Pós-Graduação em Educação - FCT – UNESP/ Presidente Prudente. 2012. Disponível em < <http://www2.unimep.br/endipe/1502b.pdf> > Acesso em 29 de set. 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; Dourado, Luiz Fernandes. **O financiamento da educação básica: limites e possibilidades**. Políticas e Gestão na Educação. UFG, s/d. Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/fin_edu_basica.pdf >. Acesso em: 07 de maio de 2013.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> consulta Acesso em 03 de dez. 2013.

SENA, Paulo de. **Financiamento da Educação no município**. Consultoria Legislativa. Brasília, 2004. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/308449.pdf> >. Acesso em: 03 de fev. 2014.

SILVA, Eliene Pereira da. **A importância do gestor educacional na instituição escolar**. In: Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.2, jul./dez. 2009 – ISSN 1807-9539. Disponível em: <
<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/downloadSuppFile/21/2>
Acesso em 10 de Nov. 2014

SOARES, Angela da Silva. **Concepção de infância e educação infantil**. Atigonal, 2009. Disponível em:< <http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil-1080579.html>>. Acesso em 17 de jun. 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Interação entre aprendizado e desenvolvimento**. In: A formação social da mente. 4. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

ZANETTI, Alexsandra. **Creches no sistema de Ensino de Juiz de Fora: velhos dilemas e novas perspectivas**. 2009. Disponível em: <
http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/15.pdf>. Acesso em 10 de out. de 2013.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A SER APLICADA AOS GESTORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JUIZ DE FORA

- Há quanto tempo à escola existe?
- Foi construída para ser uma escola de Educação Infantil?
- Qual o atendimento oferecido? Quantos alunos?
- E o atendimento de 3 anos é oferecido há quanto tempo? Como surgiu esse atendimento? Quantos alunos atendidos em quantas turmas?
- É possível atender a toda a demanda que se apresenta?
- Existiu ou existe por parte da SE alguma orientação específica, um apoio às demandas e adaptações necessárias para que esse atendimento aconteça de forma adequada?
- A escola tem uma proposta pedagógica em forma de documento, conhecida por todos? Nessa proposta o atendimento de 3 anos é contemplado de forma específica?
- Para oferecer esse atendimento foi necessário realizar alguma adaptação na escola? Em quais aspectos?
- Quanto à infraestrutura. Você acha adequada à faixa etária atendida? E as crianças de 3 anos de forma específica?
- Os banheiros são adaptados ao tamanho das crianças. As pias, os vasos e chuveiros são em quantidade suficiente e atendem as necessidades das crianças pequenas?
- Há na escola espaços que propiciem o brincar, o correr, diversas experiências às crianças? Contato com elementos da natureza?
- Os mobiliários, equipamentos, livros e brinquedos disponíveis estão de acordo com as diversas faixas etárias que a escola atende? Eles são em quantidade e variedade suficiente para diversos usos? (encaixes, montar faz de conta)
- A distribuição dos brinquedos, dos ambientes é proposta por quem? Eles estão acessíveis, de forma que permita a autonomia das crianças. Existe a participação dos alunos nesse processo de organização dos espaços?
- Como acontece a interação família/escola? Em que momentos?

- Em sua opinião, quais os desafios que se apresentam hoje para o atendimento na escola a essa etapa de ensino?
- Como você avalia esse atendimento?
- Outras considerações.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A SER APLICADA AOS COORDENADORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JUIZ DE FORA

- 1- Quais são os critérios de escolha dos professores que atuam nessas turmas de “Creche- 3 anos”? Há rotatividade? Quais as causas?
- 2- Em sua opinião, há necessidade de se pensar nessas crianças de forma diferenciada? Em quais aspectos? (caso seja positiva a resposta)
- 3- Os professores que atuam nessas turmas recebem alguma orientação específica por parte da coordenação pedagógica?
- 4- Nas reuniões pedagógicas ou em outros momentos propícios, especificidades dessas turmas são abordadas? E momentos de estudo?
- 5- A sala de aula e os espaços são organizados a fim de possibilitar a autonomia e o desenvolvimento integral da criança?
- 6- Como são organizados os espaços nas salas de aula, as crianças participam dessa organização?
- 7- Com relação às rotinas como são estabelecidas? São flexíveis?
- 8- A escola que possui material pedagógico, mobiliário e brinquedos diversos específicos para essa faixa etária que estimulem diferentes usos e atividades?
- 9- Com relação aos espaços externos eles propiciam o brincar, o correr, diversas experiências às crianças? Contato com elementos da natureza?

10- Sabendo que o cuidar e o educar são tarefas aplicáveis a qualquer faixa etária e sabendo também que quanto menor for à criança mais cuidados são necessários pergunto como as funções de cuidar e educar são integradas nessas turmas visando o bem estar e o desenvolvimento da criança? Os ambientes das escolas são adequados às funções de educar e cuidar de crianças pequenas?

11- Existe alguma orientação ou acompanhamento desse atendimento por parte da SE?

12- E na escola existe uma proposta pedagógica específica para essas turmas com vistas a orientar o trabalho?

13- Como você define a qualidade do atendimento oferecido as crianças de 3 anos nessa escola? Qual seria a melhor classificação: a) Ótimo; b) muito bom; c) bom; d) regular; e) ruim; f) péssimo.

14- Em sua opinião, quais os desafios que se apresentam hoje para o atendimento na escola a essa etapa de ensino?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A SER APLICADA AOS PROFESSORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JUIZ DE FORA

1- Você já atuou com crianças dessa faixa etária em anos anteriores? Por quanto tempo?

2- Em sua opinião, existe diferença de atendimento para as crianças de 3 anos das demais da Educação Infantil? Quais?

3- Você participou de alguma formação específica ou alguma orientação para atuar com essa faixa etária seja através da SE ou da própria escola?

- 4- Quais momentos são oferecidos pela escola onde é possível a discussão sobre especificidades dessa faixa etária?
- 5- Como é a relação família e escola? Em que momento acontece essa interação?
- 6- E as crianças brincam quando querem ou há momentos específicos?
- 7- Pensando nos espaços que a escola possui além do da sala de aula, eles propiciam o brincar? Possibilitam que as crianças corram, brinquem de bola, brinquem com outras crianças?
- 8- Como são organizados os períodos de brincadeira nas áreas externas? As crianças brincam, interagem somente com crianças da mesma faixa etária ou também faixas etárias diferentes?
- 9- Você brinca com as crianças? Em que momentos?
- 10- As crianças brincam de areia, brincam com água ou argila?
- 11- A distribuição dos brinquedos, dos ambientes são propostos por quem? Eles estão acessíveis, de forma que permita a autonomia das crianças. Existe a participação dos alunos nesse processo de organização dos espaços?
- 12- E as rotinas, o dia a dia da criança na escola como são organizadas? Há flexibilidade? As crianças são ouvidas nesse processo?
- 13- As crianças são estimuladas a desenhar, pintar, cantar, manusear livros, brincar de faz de conta, se expressar? Em quais momentos?
- 14- Como acontece a transição entre uma atividade a outra?
- 15- E os brinquedos disponíveis são direcionados a essa faixa etária? Estão acessíveis as crianças? São variados e permitem diferentes usos?

16- Sabendo que o cuidar e o educar são tarefas aplicáveis a qualquer faixa etária e sabendo também que quanto menor for à criança mais cuidados são necessários, pergunto como as funções de cuidar e educar são integradas nessas turmas visando o bem estar e o desenvolvimento da criança? Os espaços da escola são adequados às funções de educar e cuidar de crianças pequenas?

17- Como você define a qualidade do atendimento oferecido as crianças de 3 anos nessa escola? Qual seria a melhor classificação: a) Ótimo; b) muito bom; c) bom; d) regular; e) ruim; f) péssimo.

13- Em sua opinião, quais os desafios que se apresentam hoje para o atendimento na escola a essa etapa de ensino?